

## RESOLUÇÃO Nº 30/REIT - CEPEX/IFRO, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Vilhena.

**O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.013912/2017-41, considerando a Resolução nº 83/CONSUP/IFRO/2018, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex, durante a 14ª Reunião Ordinária, em 11/12/2018;

### RESOLVE:

**Art. 1º APROVAR** o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Vilhena, anexo a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

### CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS

Presidente Substituto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique dos Santos, Vice-Presidente do Conselho**, em 21/12/2018, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0429942** e o código CRC **63586F72**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 29, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018

**PPC TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE, *CAMPUS* VILHENA - [LINK - 0409629](#)**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO  
CAMPUS VILHENA



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
TÉCNICO EM FINANÇAS  
CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO  
MODALIDADE A DISTÂNCIA  
CAMPUS VILHENA**

VILHENA – RO  
2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO  
*CAMPUS VILHENA*

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
TÉCNICO EM FINANÇAS  
CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO  
MODALIDADE A DISTÂNCIA  
*CAMPUS VILHENA***

VILHENA – RO  
2017

---

Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio apresentado à Diretoria de Ensino do *Campus* Vilhena pela Comissão nomeada pela Portaria nº 168/2017.

Clara Paula Lima, Mat. SIAPE nº 2045178

Dinalva Barbosa da Silva Fernandes, Mat. SIAPE nº 2107625

Jaquelyne Macedo Ortega Mat. SIAPE nº 2165863

Telma Ferreira da Silva Regis Mat. SIAPE nº 1914653

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES.....	12
1 Dos Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria) .....	12
2 Dos Dirigentes ligados à Reitoria: .....	12
3 Dos Dados da Unidade de Ensino – <i>Campus</i> .....	12
4 Dos Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – <i>Campus</i> .....	12
5 Dos Dados Gerais do Curso a ser implantado.....	12
I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO.....	13
1. DADOS INSTITUCIONAIS .....	13
1.1 Breve Histórico do IFRO.....	13
1.1.1 Histórico da EaD no IFRO .....	14
1.2 Breve Histórico do <i>Campus</i> .....	16
1.3 Missão, Visão e Valores do IFRO.....	17
1.3.1 Missão .....	17
1.3.2 Visão.....	18
1.3.3 Valores .....	18
1.4 Dados Socioeconômicos da Região .....	18
1.4.1 História do Município .....	18
1.4.2 Perfil Socioeconômico.....	20
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO.....	21
1.1 Do contexto educacional .....	21
1.1.1 Dos Dados e Pirâmide Populacional .....	21
1.1.2 População do Ensino Médio Regional.....	22
1.1.3 Demanda pelo Curso.....	24
1.1.4 Da Justificativa do Curso .....	25
1.1.5 Formas de Acesso ao Curso.....	26
1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso.....	26
1.2.1 A Inter-relação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.....	26
1.2.2 Políticas de Ensino .....	27
1.2.3 Políticas de Pesquisa.....	30
1.2.4 Políticas de Extensão .....	31
1.2.5 Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão .....	32
1.3 Objetivos .....	33
1.3.1 Objetivo geral.....	33
1.3.2 Objetivos específicos .....	33
1.4. Do Perfil do Egresso: Competências e Habilidades.....	34
1.4.1. Do Perfil do Egresso .....	34
1.4.2. Das Competências e Habilidades Gerais do Egresso .....	34
1.4.3. Das Habilidades Específicas.....	35
1.4.4. Do Mercado de Trabalho .....	35

1.5. Da Estrutura Curricular .....	37
1.6. Dos Conteúdos Curriculares do Curso .....	37
1.6.1. Da Especificação dos Componentes Curriculares.....	37
1.6.1.1 Eixos Formadores.....	37
1.6.4 Da Matriz Curricular do Curso.....	40
1.6.5 Do Ementário.....	42
1.7. Da Metodologia .....	61
1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas .....	63
1.7.2. Transversalidade no currículo .....	65
1.7.3. Prática como componente curricular .....	65
1.7.4. Estratégias de acompanhamento pedagógico .....	66
1.7.5. Flexibilização curricular.....	66
1.7.6 Certificação de conclusão de curso e certificação intermediária .....	67
1.7.7 Critérios de aproveitamento de estudos e de certificação de conhecimentos .....	68
1.8. Prática Profissional Supervisionada .....	69
1.9. Atividades Complementares.....	71
1.11 Apoio ao Discente .....	72
1.12 Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso ...	74
1.12.1. Atendimento Extraclasse .....	74
1.12.2. Atendimento Psicopedagógico.....	75
1.12.3. Estratégias de Interdisciplinaridade.....	75
1.13. Atividades de tutoria .....	76
1.12 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino e aprendizagem .....	76
1.12.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem .....	78
1.12.2 Critérios para modelagem do AVA .....	79
1.12.2 Sistema Acadêmico-Administrativo .....	80
1.13 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem do Curso .....	80
<b>DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE .....</b>	<b>81</b>
2.1 Do Conselho de Classe.....	82
2.2 Da Coordenação do Curso.....	83
2.2.1 Identificação do Coordenador do Curso.....	83
2.3 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso .....	84
2.4. Regime de Trabalho do Corpo Docente .....	84
2.5 Funcionamento do Colegiado do Curso .....	85
<b>DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>86</b>
3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral.....	86
3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos .....	86
3.3. Sala de professores .....	86
3.4 Salas de aula .....	87
3.5 Acesso dos Alunos à Equipamentos de Informática .....	87
3.5.1. Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos .....	87
3.6 Biblioteca.....	88
3.7 Auditório.....	89
3.8 Laboratório de Idiomas.....	89
3.9 Equipamentos de Segurança .....	89

3.10 Recursos De Hiperímia .....	89
3.11 Recursos Tecnológicos .....	89
3.12 Polo de Apoio Presencial .....	90
3.13 Livros da Bibliografia Básica.....	91
3.14 Livros da Bibliografia Complementar .....	92
4 DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS E PERTINENTES.....	92
4.1 Da Infraestrutura do <i>Campus</i> .....	92
4.2 Da Infraestrutura de Segurança .....	94
4.3 Da Área de Convivência.....	94
4.4 Da Biblioteca .....	94
4.4.1 Do Espaço Físico da Biblioteca.....	95
4.4.2 Dos Serviços Oferecidos na Biblioteca .....	95
4.4.3 Do Horário de Funcionamento da Biblioteca .....	96
4.5 Dos Espaços para Eventos .....	96
4.6 Das Instalações Sanitárias .....	96
4.7 Da Organização do Controle Acadêmico.....	96
5 Dos Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo.....	98
5.1 Da Diretoria de Ensino .....	98
5.1.1 Departamento de Apoio ao Ensino .....	98
5.1.2 Coordenação de Assistência ao Educando.....	99
5.1.3 Coordenação de Registros Acadêmicos .....	100
5.1.4 Coordenação de Biblioteca .....	100
5.2. Departamento de Extensão.....	100
5.2.1 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade .....	101
5.2.2 Coordenação de Formação Inicial e Continuada.....	101
5.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação .....	101
5.3.1 Coordenação de Pesquisa e Inovação.....	102
5.3.2 Coordenação de Pós-Graduação.....	102
5.4 Da Coordenação de Tecnologia da Informação.....	102
5.5 Do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.....	102
6 Das Políticas Especiais do IFRO .....	103
6.1. Das Políticas de Educação em Direitos Humanos.....	103
6.2. Das Políticas de Educação Inclusiva .....	105
6.3 Da Política de Educação Ambiental.....	107
6.4 Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais .....	107
6.4.1 Da Acessibilidade para pessoas com deficiência física.....	108
6.4.2 Da Acessibilidade para alunos com deficiência visual.....	109
6.4.3 Da Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.....	109
6.4.4 Da Proteção aos direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista .	110
6.5 Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes .....	110
6.6 Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência .....	110
REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	111
DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	111
NORMATIVAS INTERNAS .....	112
REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO .....	113

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados Gerais do IFRO (Reitoria) .....	12
Quadro 2 - Reitor e Pró-reitores do IFRO .....	12
Quadro 3 - Dados Gerais do <i>Campus</i> .....	12
Quadro 4 - Diretor Geral e Diretora de Ensino .....	12
Quadro 5 - Dados Gerais do Curso.....	12
Quadro 6 - Dados Econômicos e Sociais de Rondônia.....	20
Quadro 7 - Produto Interno Bruto do Município de Vilhena .....	20
Quadro 8 - População da Microrregião de Vilhena.....	22
Quadro 9- Escolas que ofertam o Ensino Médio em Vilhena .....	22
Quadro 10 - Matrículas no Ensino Médio na Microrregião de Vilhena.....	23
Quadro 11 - Eixos e Dimensões Formadoras .....	39
Quadro 12 - Matriz curricular do Curso .....	41
Quadro 13 - Requisitos de formação mínima dos profissionais.....	81
Quadro 14 - Titulação da Coordenação de Curso.....	83
Quadro 15 - Regime de Trabalho do Corpo Docente.....	84
Quadro 16 - Regime de Trabalho do Corpo Docente.....	84
Quadro 17 - Descrição de gabinetes para docentes .....	86
Quadro 18 - Espaço de trabalho destinado para as coordenações de cursos.....	86
Quadro 19- Quantificação e descrição dos ambientes de formação.....	91
Quadro 20 - Estrutura física do <i>Campus</i> Vilhena.....	93
Quadro 21 - Recursos audiovisuais .....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide Etária .....	21
Figura 2 - Gráfico das Matrículas por nível em Vilhena.....	23

## **APRESENTAÇÃO**

Os Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio correspondem a uma modalidade de formação técnica com matrícula dupla. O aluno está vinculado a duas instituições: a uma escola da rede pública de educação básica, em que cursa o ensino médio, e ao IFRO, para a formação profissional específica.

Com base nas diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) orienta a formação profissional no IFRO por meio de parceria com instituições de ensino médio. Nesse caso, demandará alunos aptos a ingressarem nesse formato de oferta de curso. A parceria entre ofertante e demandante será baseada na interação e na articulação das atividades pedagógicas para melhor aproveitamento do aluno.

O Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio será ofertado, no que se refere aos aspectos específicos da modalidade e quanto aos aspectos da formação profissional técnica, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

# DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES

## 1 Dos Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)

Quadro 1 - Dados Gerais do IFRO (Reitoria)

<b>NOME</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	<b>SIGLA</b>	IFRO
<b>CNPJ</b>	10.817.343/0001-05		
<b>LEI</b>	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008		
<b>LOGRADOURO</b>	Avenida Sete de Setembro	<b>Nº</b>	2.090
<b>BAIRRO</b>	Nossa Senhora das Graças	<b>CIDADE</b>	Porto Velho
<b>ESTADO</b>	Rondônia	<b>CEP</b>	76.804-124
<b>E-MAIL</b>	reitoria@ifro.edu.br	<b>FONE</b>	(69) 2182-9601

## 2 Dos Dirigentes ligados à Reitoria:

Quadro 2 – Reitor e Pró-reitores do IFRO

<b>Reitor</b>	Uberlando Tiburtino Leite
<b>Pró-Reitora de Ensino</b>	Moises José Rosa Sousa
<b>Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação</b>	Gilmar Alves Lima Júnior
<b>Pró-Reitora de Extensão</b>	Maria Goreth Araújo Reis
<b>Pró-Reitor de Administração</b>	Jéssica Cristina Pereira Santos
<b>Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional</b>	Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

## 3 Dos Dados da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 3 - Dados Gerais do *Campus*

<b>CAMPUS</b>	Vilhena		
<b>LOGRADOURO</b>	Rodovia BR 174 – Km 03	<b>Nº</b>	4334
<b>BAIRRO</b>	Zona Urbana	<b>CIDADE</b>	Vilhena
<b>ESTADO</b>	Rondônia	<b>CEP</b>	76982-270
<b>E-MAIL</b>	campusvilhena@ifro.edu.br	<b>FONE</b>	(69) 2101-0700

## 4 Dos Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 4 - Diretor Geral e Diretora de Ensino

<b>Diretor Geral</b>	Aremilson Elias de Oliveira
<b>Diretor de Ensino</b>	Rodrigo Alécio Stiz

## 5 Dos Dados Gerais do Curso a ser implantado

Quadro 5 - Dados Gerais do Curso

<b>Nome do Curso</b>	Curso Técnico em Finanças
<b>Modalidade</b>	EaD semipresencial, concomitante ao ensino médio
<b>Eixo Tecnológico</b>	Gestão e Negócios
<b>Endereço de Funcionamento do Curso</b>	Rodovia BR 174 – Km 03, nº 4334 – Zona Urbana – Vilhena/RO
<b>Número de Vagas Pretendidas</b>	50
<b>Turno de Funcionamento do Curso</b>	Noturno/EaD
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	900 horas (hora relógio)
<b>Tempo Mínimo de Integralização</b>	3 semestres
<b>Tempo Máximo de Integralização</b>	6 semestres
<b>Regime de Matrícula</b>	Semestral

# **I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO**

## **1. DADOS INSTITUCIONAIS**

### **1.1 Breve Histórico do IFRO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO faz parte de uma rede centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia – à época, com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena – e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação entre os setores produtivos e a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. No entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;

- 2008: autorização de funcionamento da unidade de Ji-Paraná por meio da Portaria nº 707, de 09 de junho de 2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela Lei nº 11.892/2008, que integrou, em uma única instituição, a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas do *Campus* Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- 2010: início das atividades dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena;
- 2011: implantação de Polos de Educação a Distância (EaD) e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e do processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao *Campus* Ji-Paraná;
- 2013: instalação de 12 Polos EaD;
- 2014: expansão de 13 Polos EaD, totalizando 25 unidades;
- 2015: início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim;
- 2016: início das atividades do *Campus* Jaru.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *Campi* e de sua rede. Para o ano de 2017, a configuração é esta: uma Reitoria; nove *Campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e Jaru); e ampliação do número de Polos de EaD no interior do Estado.

#### 1.1.1 Histórico da EaD no IFRO

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD), diretamente vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, foi responsável pela implantação, gestão e execução de planos e projetos em EaD no IFRO, em 2011, por meio de parcerias

firmadas com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e as prefeituras de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Jaru e Buritis.

A proposta para o desenvolvimento das ações em educação a distância do IFRO foi estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia; desenvolvimento de recursos pedagógicos; treinamento de pessoal técnico e docente; realização de convênios com instituições e organismos de fomento; e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da SETEC/MEC. A meta principal é institucionalizar a EaD e desenvolver projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão via satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A educação a distância em desenvolvimento no IFRO ocorre em consonância com as políticas de democratização da educação profissional e tecnológica, voltadas ao acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, passou-se a organizar a infraestrutura, com a implantação de programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário.

Por meio dos recursos da Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o IFPR, iniciou-se, no segundo semestre de 2011, com a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial-virtual via satélite. Foi prevista, inicialmente, a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis Cursos Técnicos: Administração, Serviços Públicos, Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar, sendo os quatro últimos do Programa Profucionário.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO, desenvolveram-se ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio.

Em 2013, já com a DEaD extinta, o Campus Porto Velho Zona Norte passa a ser responsável pela oferta de cursos EaD no IFRO, iniciando dois cursos em EaD: Técnico em Informática para a Internet e Técnico em

Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos, e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade, atingindo, de imediato 1.200 alunos em 12 Polos. Estes cursos atendem 12 municípios, em seis *Campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e seis Polos (Burity, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé). Por meio da parceria com o IFPR, o *Campus* passa a ofertar, também, o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Em 2014, o *Campus* Porto Velho Zona Norte ampliou sua oferta, com a abertura de 12 novos Polos – nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia do Oeste, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste e Presidente Médici e no distrito de Extrema. Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EaD.

Em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 65 do CONSUP/IFRO, o IFRO reativou a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), ligada diretamente à Reitoria, com a finalidade de planejar, organizar e ampliar as políticas de educação a distância no âmbito do Instituto. A ação gera a possibilidade de institucionalizar a produção de EaD nos *Campi* do IFRO, visando ao fortalecimento e à excelência da oferta de ensino nessa modalidade.

## **1.2 Breve Histórico do *Campus***

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em Vilhena está localizado a cerca de cinco quilômetros do centro da cidade, demonstrando uma característica de campus mais urbano e voltado para a oferta de cursos industriais ou de docência.

O *Campus* Vilhena entrou em funcionamento no segundo semestre de 2010, oferecendo os Cursos Técnicos Subsequentes em Edificações, Eletromecânica e Informática. A partir de 2011, os mesmos cursos também foram ofertados de forma integrada ao Ensino Médio.

O Processo Seletivo para ingresso é realizado anualmente, as inscrições para a seleção são publicadas em edital, do qual constam os cursos com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida para a inscrição, instrumentos, critérios de seleção e demais informações úteis. O processo seletivo é baseado na média aritmética das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do quinto ao oitavo ano do Ensino Fundamental para os que desejam ingressar nos cursos Técnicos Integrados, e na média aritmética das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do primeiro ao terceiro do Ensino Médio para os que desejam ingressar nos cursos Subsequentes ou Superiores.

O *Campus* participa de uma série de mudanças neste movimento de transformação social dos Institutos Federais, pela força, pelas necessidades e pela velocidade com que o IFRO se colocou no Estado. Desde a sua criação, vem exercendo importante papel na articulação de agentes públicos e privados da região, no sentido de buscar o desenvolvimento socioeconômico regional, de forma parceira, cooperativa e sustentável.

Atualmente são atendidos mais de 960 estudantes da Educação Profissional de Nível Médio à Pós-Graduação, nas modalidades presencial e a distância. Foram formados já 739 técnicos, 22 Graduados e 14 especialistas.<sup>1</sup>

### **1.3 Missão, Visão e Valores do IFRO**

#### **1.3.1 Missão**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta como missão promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável.

---

<sup>1</sup> Informações Coordenação de Registros Acadêmicos em 08 de setembro de 2017.

### 1.3.2 Visão

Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecido pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência.

### 1.3.3 Valores

Nas suas atividades, o IFRO valoriza o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito e efetividade à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental, com comprometimento, equidade e democracia.

## 1.4 Dados Socioeconômicos da Região

### 1.4.1 História do Município

O município de Vilhena é conhecido como Portal da Amazônia por estar situado no local de entrada para a região Amazônica Ocidental também é conhecida como Cidade Clima da Amazônia por ter uma temperatura mais amena, comparada a outras cidades da Região Norte. Nos tempos de sua colonização também recebeu a alcunha de Eldorado Amazônico. O termo fazia referência à cidade de Eldorado que, segundo a lenda indígena, seria feito de ouro maciço (PALITOT, 2018).

Segundo a ACIV (2018) Vilhena foi fundada pela Comissão Rondon, em 1909, quando da terceira expedição do tenente coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que atuava como chefe da comissão e construção da linha telegráfica de Mato Grosso-Amazonas, liderou uma expedição de 42 homens rumo à localidade de Santo Antônio do Rio Madeira.

O nome "Vilhena" foi denominado por Cândido Rondon em homenagem ao engenheiro maranhense, chefe da Organização Telegráfica Pública, Álvaro Coutinho de Melo Vilhena (MENDE, 2018). O marco da fundação das diversas cidades do estado acompanhou a instalação de estações telegráficas que, segundo Palitot (2016), uma delas foi instalada em Vilhena em 12 de outubro de 1911. No entanto, conforme consta no documento do tombamento do museu da expedição, emitido em 25 de novembro de 2015, a estação foi construída em 1904, sendo que Rondon nem chegou a morar no local (FERNANDES, 2017).

Apesar das expedições de Rondon serem o marco do início do município de Vilhena, a região já havia sido desbravada, cerca de 200 anos antes, pelos bandeirantes Antônio Pires e Paz de Barro que denominaram a área como Chapadão dos Parecis, expresso por Palitot (2018).

Durante 50 anos, foi o posto telegráfico de Vilhena a única referência da presença do homem civilizado na região. Até que em 1960, o presidente Juscelino Kubitschek decidiu construir a BR-329 (Atual 364), que ligaria Brasília ao Acre (ACIV, 2018). Um trecho do jornal Diário da Amazônia (2016), citado por Aguiar (2016), descreve muito bem esse momento histórico:

Vilhena até há dois meses nada mais era do que uma única casa da linha telegráfica estendida por Rondon em 1910. Neste imenso deserto, onde o cerrado do planalto central brasileiro dá lugar à pujante floresta Amazônica, só existia aquela casa de barro onde um índio Pareci cuidava da linha telegráfica, sendo ele mesmo o telegrafista. Mas, há três meses, a firma paulista Camargo & Corrêa aqui chegou com grande equipamento rodoviário e desde então Vilhena tomou novo aspecto. E aqui em Vilhena, onde somente às vezes apareciam grupos de índios Nhambiquaras, a empresa construtora, trazendo trabalhadores e máquinas iniciou a construção de uma pista pavimentada para aviões. Em vinte e cinco dias, essa pista foi terminada, medindo 1.400 metros de extensão, por 50 de largura. Perto, ou seja, cerca de oito quilômetros de distância, a empresa deixou gigantesca árvore no meio da estrada BR 29, Rodovia Acre-Brasília, a fim de ser derrubada pelo presidente da República.

Segundo dados do IBGE (2017), em 01/04/1969, por meio do decreto nº 565, Vilhena foi elevada à categoria de subdistrito de Porto Velho, ficando criado o Cartório de Registro Civil e o Juizado de Paz. Nessa época, Vilhena possuía cerca de 160 casas. O município de Vilhena foi criado no dia 11 de outubro de 1977, quando o então Presidente da República Ernesto Geisel

sancionou a Lei nº 6.448 que desmembrava Vilhena do município de Porto Velho. A emancipação política de Vilhena aconteceu no dia 23 de novembro de 1977. Vilhena tem como limite territorial, ao Norte, o Estado do Mato Grosso; ao Sul, a cidade de Colorado do Oeste; a Leste, o Estado do Mato Grosso; a Oeste, as cidades de Pimenta Bueno, Chupinguaia e Espigão D'Oeste.

Na década de 80, o IBGE (2017) relata que Vilhena já possuía uma população de 20.290 habitantes residentes. É inegável a importância desse município para o desenvolvimento histórico do estado de Rondônia.

#### 1.4.2 Perfil Socioeconômico

Em conformidade com os dados publicados pelos governos estaduais e federais, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, está em franco desenvolvimento. Isso é, sobremaneira, um reflexo do que acontece em seus municípios e, inclusive, na capital.

**Quadro 6 - Dados Econômicos e Sociais de Rondônia**

Quesito	Ano de referência	Dado
População Estimada	2016	1.787.279
Produto Interno Bruto <sup>1</sup>	2012	R\$ 29,362 bilhões
Renda Per Capita	2015	R\$ 822,00
Principais Atividades Econômicas <sup>1</sup>	-	Serviços, indústria e agropecuária
Índice de Desenvolvimento Humano <sup>2</sup>	2010	0,69

Fonte: IBGE, 2017; <sup>1</sup>SEPOG, 2014; <sup>2</sup> PNUD, 2017

A seguir, pode-se ver um quadro que demonstra o crescimento econômico do município de Vilhena.

**Quadro 7 - Produto Interno Bruto do Município de Vilhena**

Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	R\$ 220.363 mil
PIB a preços correntes	R\$ 1.447.187 mil
PIB per capita	R\$ 18.995,20
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	R\$ 45.616 mil
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	R\$ 266.175 mil
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	R\$ 617.148 mil

Fonte: IBGE, 2017 (ano de referência 2010)

Além de sua vocação para o agronegócio, para a indústria, para o comércio e para o turismo, o Município tem demonstrado ser um fértil celeiro de desenvolvimento tecnológico.

# DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

## 1.1 Do contexto educacional

### 1.1.1 Dos Dados e Pirâmide Populacional

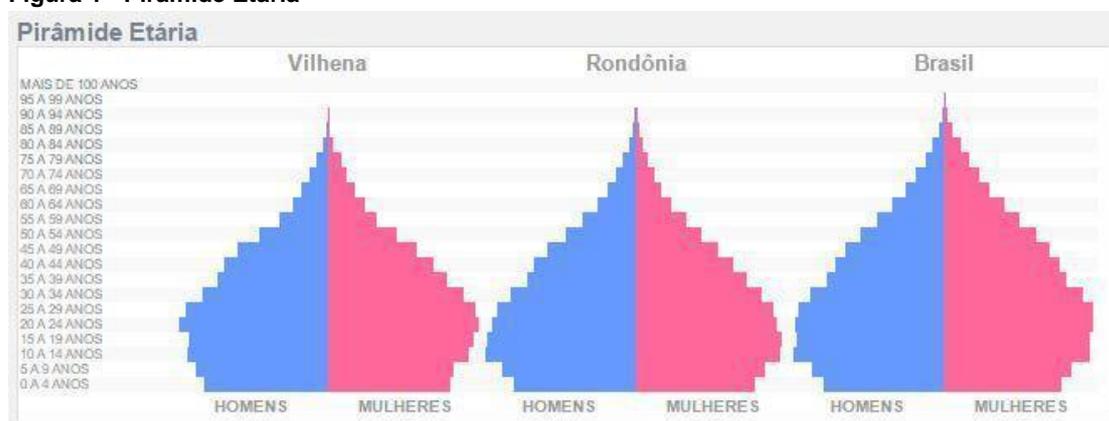
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus Vilhena*, possui limite de atuação circunscrito ao município de Vilhena, situado na Microrregião de Vilhena, no Estado de Rondônia.

Segundo estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), em 2016, o município de Vilhena (RO), no Cone Sul, chegou a 93.745 habitantes. Em comparação ao último censo, realizado em 2010, a cidade ganhou 17 mil cidadãos em seis anos, o que equivale a um crescimento de 23%.

Com o novo número, Vilhena se tornou o 4º maior município do estado de Rondônia, ficando atrás apenas de Porto Velho com 511.219 habitantes, Ji-Paraná com 131.560 habitantes e Ariquemes com 105.896 habitantes (IBGE, 2017).

Por meio da pirâmide populacional do Município de Vilhena (figura 1), observa-se que a população municipal ainda possui uma estrutura jovem, com uma pirâmide populacional de ápice estreito.

Figura 1 - Pirâmide Etária



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010

A microrregião de Vilhena é uma das oito do estado de Rondônia e compõe a Mesorregião do Leste Rondoniense. É formada por seis municípios, contabilizando mais de 150 mil habitantes, conforme o quadro 8.

**Quadro 8 - População da Microrregião de Vilhena**

NOME DO MUNICÍPIO	NÚMERO DE HABITANTES
Chupinguaia	10.364
Parecis	5.802
Pimenta Bueno	37.786
Primavera de Rondônia	3.456
São Felipe d'Oeste	6.048
Vilhena	93.745
<b>TOTAL</b>	<b>157.201</b>

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2016

### 1.1.2 População do Ensino Médio Regional

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, sendo evidenciada na região de inserção do IFRO e contemplada na Lei nº13.005, de 25 junho de 2014, explícita na terceira meta.

O município de Vilhena, por meio de dados fornecidos pela secretaria de educação, tem investido de forma acentuada no setor educacional, como a criação de escolas, reformas, ampliações, contratações e investimentos na capacitação dos profissionais de educação para melhorar a qualidade de ensino.

Em Vilhena, de acordo com os dados finais do Censo Escolar 2015 (INEP), publicados no site do IBGE, há 13 escolas de ensino médio e/ou educação profissional. Vide quadro abaixo:

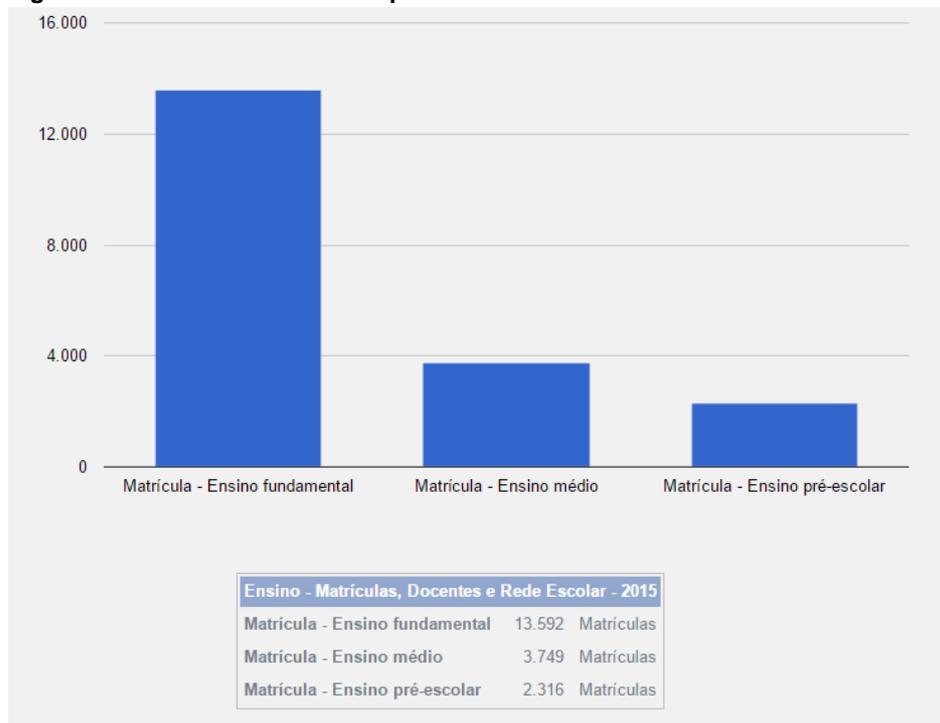
**Quadro 9- Escolas que ofertam o Ensino Médio em Vilhena**

Tipo de Escola (Ensino Médio)	Número de Escolas
Escolas públicas estaduais	8
Escola pública federal	1
Escolas privadas	4
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: INEP - Censo Educacional 2015

De acordo com os Resultados do Censo Escolar 2015, foram registradas, no Município de Vilhena, 3.749 matrículas iniciais no ensino médio.

**Figura 2 - Gráfico das Matrículas por nível em Vilhena**



Fonte: INEP - Censo Educacional 2015

O *Campus* Vilhena, implantado na cidade de Vilhena, está situado na porção sul-leste do estado, na microrregião de Vilhena e na mesorregião do Leste Rondoniense. Localiza-se a uma latitude 12°44'26" sul e a uma longitude 60°08'45" oeste, estando a uma altitude de 612 metros, possuindo uma área de 11.519 km<sup>2</sup>. Esse espaço geográfico representa 4,8% do estado de Rondônia.

Além das cidades que compõem a microrregião de Vilhena, o *Campus* Vilhena também atende a alunos das cidades de Comodoro – MT, Campos de Júlio – MT, Corumbiara – RO, Cerejeiras – RO, Cabixi – RO, Pimenteiras do Oeste – RO, Chupinguaia – RO e Colorado do Oeste – RO.

**Quadro 10 - Matrículas no Ensino Médio na Microrregião de Vilhena**

Municípios na Microrregião de Vilhena	Número de matrículas no ensino médio em 2015
Chupinguaia	451
Parecis	141
Pimenta Bueno	1.450
Primavera de Rondônia	155

São Felipe d'Oeste	237
Vilhena	3.749

Fonte: INEP - Censo Educacional 2015

### 1.1.3 Demanda pelo Curso

O público-alvo do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio compõe-se dos alunos concluintes do ensino fundamental e que estejam regularmente matriculados nos primeiros e/ou segundos anos do ensino médio da rede pública de ensino.

De acordo com o site do Ministério da Educação, o MedioTec será executado em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), a finalidade de garantir, dentre outros objetivos, que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda. As vagas dessa nova ação foram definidas a partir do mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as necessidades futuras. Para a cidade de Vilhena- RO, o Curso Concomitante Técnico em Finanças foi evidenciado no mapeamento do MEC, como uma potencial demanda para essa região.

Corroborando a implantação do Curso Concomitante em Finanças Humanos, o Sebrae Vilhena (2017), publicou o perfil socioeconômico do município, no qual aponta a existência de 528 empresas de pequeno, médio e grande porte na cidade, sendo 448 de pequeno porte, 67 de médio porte e outras 13 de grande porte, ou seja, a maioria são empresas de médio porte com tendência ao crescimento. Sabe-se que para aumentar o faturamento, como também a produção, precisa-se contar com mais profissionais ou gerir ainda melhor os talentos já existentes.

A pesquisa relata, ainda, a existência de 1756 microempresas, para as quais o Eixo de Formação Gestão e Negócios é fundamental à profissionalização para crescer ou para pelo menos se manter, pois sabe-se que a mortalidade das microempresas no Brasil é alta pela instabilidade do mercado econômico. Todavia, a colaboração com o aumento deste índice é resultante da falta de profissionalização.

Esses indicadores revelam que a qualificação por meio do Curso Técnico em Finanças pode ser considerada uma capacitação capaz de contribuir para a melhoria da qualidade da gestão de pessoas das organizações do Estado de Rondônia. Ressalta-se, ainda, que os estudos apontam para a viabilidade da oferta do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio EaD pelo IFRO.

O *Campus* Vilhena está estruturado para oferecer educação a distância e poderá atender à demanda. Desse exposto, o IFRO cumpre seu papel de contribuir para a evolução social e econômica do Estado e do país.

#### 1.1.4 Da Justificativa do Curso

Em virtude das inovações tecnológicas, o mercado passa por transformações econômicas e sociais que exigem cada vez mais habilidades e conhecimentos dos seus profissionais, respondendo a modelos de gestão de pessoas coerentes com a nova realidade. Em suma, os talentos são os diferenciais competitivos de uma empresa para outra.

O setor financeiro é um departamento importante para toda e qualquer organização que queira se sobressair neste contexto de competitividade. Com isso, exige-se a formação de profissionais competentes e habilitados com técnicas e instrumentos atualizados.

Sendo assim, o mercado intensifica a demanda nesta área, o que tem gerado a necessidade de profissionais. O IFRO, a fim de atender a sua missão, busca ocupar o espaço gerado por esta nova realidade e capacitar os profissionais – tanto os que já se encontram lotados nos departamentos financeiros das empresas, quanto àqueles que almejam adentrá-lo – com as habilidades específicas que o mundo do trabalho requer. Ao mesmo tempo, oferece ao público-alvo uma formação cultural, humana e sociológica.

Nesse contexto, a profissionalização dos trabalhadores deve considerar as novas perspectivas delineadas para a educação profissional no Brasil – pelas Leis Federais nº 9.394, de 20 de outubro de 1996, e nº 11.741, de 16 de julho de 2008; pelo Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004; pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 16, de 05 de outubro de 1999; e pela Resolução CNE/CEB nº 6,

de 20 de setembro de 2012 –, que apontam para a elevação da escolaridade e para uma concepção de formação que proporcione compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Esta concepção da formação caracteriza-se por buscar a elevação da escolaridade e dos perfis de desempenho profissional, bem como possibilitar o aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores, por meio do domínio do conhecimento técnico-científico, da capacidade de autoplanejamento, do gerenciamento do tempo e do espaço de trabalho, do exercício da criatividade, do trabalho em equipe, da interação com os usuários dos serviços, da consciência da qualidade e das implicações éticas no trabalho.

Em resposta às demandas da sociedade, também os governos federal, estadual e municipal têm investido na política de educação profissional, articulando estratégias que envolvam o aumento da escolaridade, a profissionalização e a educação permanente dos trabalhadores. Nesse contexto, exige-se dos servidores, que atuam nas áreas de gestão de pessoas, uma formação compatível com esse novo cenário.

#### 1.1.5 Formas de Acesso ao Curso

No primeiro momento, em conformidade com a demanda fornecida pela Secretaria Estadual de Educação e, em seguida, por meio da realização de processo seletivo com critérios próprios. A próxima etapa é o encaminhamento da lista dos alunos a serem matriculados.

### **1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso**

#### 1.2.1 A Inter-relação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

O Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio do IFRO está em consonância com as diretrizes estabelecidas nas normativas e nos referenciais pedagógicos da instituição. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos alunos, deste curso, irá levá-los a compreenderem e influenciarem no desenvolvimento local e regional, ter condições de vivenciar e superar

problemáticas existentes, além de poder prestar o atendimento profissional, conforme as necessidades do setor em que se inserirem.

A concepção de educação profissional técnica e tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, visando ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional técnica e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas de ensino dialogam, efetivamente, com as políticas sociais e econômicas e com as tecnologias de informação e comunicação, privilegiando aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico desse curso trabalhará a superação das dicotomias ciência/tecnologia e teoria/prática, concebendo a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão como estratégias de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, as equipes pedagógica e administrativa organizarão suas ações de modo a incentivarem a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades com a comunidade e a prestação de serviços. Em suma, incentivar a participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração.

### 1.2.2 Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais.

O desenvolvimento da educação técnica necessita de políticas que propiciem a ampliação dos cursos técnicos e ofertas de novas modalidades para o ensino, tendo em vista a grande demanda da sociedade local, regional e nacional.

A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

De acordo com o PDI, as políticas definidas para o ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão pautadas:

- Em um paradigma que supere a sobreposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização;
- Na investigação científica, a fim de promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação tecnológica, firmando o compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão;
- No fortalecimento da relação entre a EPT e a Educação Básica, introduzindo o jovem no universo temático do mundo do trabalho/ciência/tecnologia e na cultura, dimensões indissociáveis;

O ensino no Instituto Federal de Rondônia deve ser desenvolvido segundo os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos, tendo se sempre em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso aplicado e à valorização das peculiaridades regionais.

Quanto à permanência, há a política de concessão de auxílios aos alunos socioeconomicamente vulneráveis e aos que se destacam em alguma disciplina, para que auxiliem no ensino e aprendizagem daqueles com dificuldades e, ainda, o efetivo exercício das equipes pedagógica - assessorando os docentes - e multidisciplinar, que contribui tanto com os docentes quanto com os discentes.

Como forma de democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota a política de implementação das ações afirmativas

aplicadas pela instituição regidas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; a política de adesão aos sistemas nacionais de seleção de estudantes; a política de interiorização por meio da abertura de campus e de novos polos de educação a distância.

Para a ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil visa ao atendimento de demandas universais de ensino, pesquisa e extensão e demandas oriundas da vulnerabilidade socioeconômica vivida pelos estudantes.

Como parte dessa política, está a implementação de um sistema para o levantamento do perfil do estudante com a celeridade necessária para a concessão de auxílios no início do período letivo.

Paralelamente, a Comissão Central do Plano Estratégico para Permanência e Êxito (CCPEPE) desenvolve o trabalho de mapeamento de estudantes que demandem atenção especial no processo educativo, sejam elas oriundas de questões acadêmicas, socioeconômicas ou interpessoais; de planejamento de ações com vistas a minimizar as problemáticas vivenciadas por estes estudantes; ou de acompanhamento das ações propostas e seus resultados.

A gestão democrática e a capacitação são ferramentas indispensáveis ao incremento do processo educativo e viabilizadas através de encontros sob responsabilidade da gestão do ensino para a discussão, análise de possibilidades, tomada de decisão e formação em nível institucional e na Rede Federal. Nesse sentido, eventos anuais são organizados envolvendo gestores do desenvolvimento do ensino, do registro acadêmico, da biblioteca, da assistência estudantil e da educação inclusiva, com vistas à implementação dos serviços oferecidos e dos resultados do processo ensino-aprendizagem.

A decisão sobre as ofertas de cursos técnicos de nível médio e de graduação são embasadas em estudos conduzidos pelo Observatório do Mundo do Trabalho/PRODIN, que envolvem o conhecimento da realidade social e econômica local e possibilidades atuais e futuras do mercado de trabalho.

Diante da transformação da economia e do mercado de trabalho em diferentes regiões do Estado, o IFRO esquematiza a reavaliação de suas ofertas nos locais em que as demandas são menores que a procura. Nos casos em que a avaliação se encaminhar para uma recondução da oferta, novos estudos deverão ser realizados considerando além dos arranjos produtivos locais e as possibilidades do mercado de trabalho, o quadro de servidores existente e o proposto para a unidade, e as possibilidades de organização curricular com gestão otimizada do tempo e de flexibilização do currículo.

As ofertas de cursos técnicos articulados ao ensino médio priorizam a forma integrada, mas a diversificação por meio da forma concomitante é vista como um viés alternativo para a oferta da EPT nos locais mais distantes por meio da EaD.

O estabelecimento de parcerias entre instituições das redes municipal, estadual e federal é entendido como ação fortalecedora da EPT com vistas à ampliação do atendimento à sociedade, especialmente, àquelas demandas reconhecidamente resultantes de exclusão.

### 1.2.3 Políticas de Pesquisa

O principal objetivo da política institucional de pesquisa é fomentar projetos e bolsas de pesquisa para servidores, alunos e pesquisadores parceiros para desenvolverem projetos em áreas de atuação do IFRO, como uma atividade indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, a pesquisa e inovação tecnológica são os eixos formativos para os alunos que ingressam no IFRO.

As temáticas desenvolvidas têm relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos e advém de demandas da sociedade. Como resultado, o IFRO forma profissionais capazes de identificar problemas, propor soluções, possíveis soluções e executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

O aumento do número de Grupos de Pesquisa deve-se ao aumento do quadro de servidores, bem como ao incentivo da Instituição, com a exigência de cadastro nos Grupos, de servidores e alunos candidatos a uma das políticas

institucionais de pesquisa, como participação nos editais de projetos de pesquisa, eventos e mobilidade.

Os temas desenvolvidos em projetos de pesquisa são alinhados principalmente às áreas de ofertas de cursos, demandas da sociedade e formação acadêmica dos servidores, e todos os projetos possuem como integrantes alunos, contribuindo, assim, na sua formação profissional.

#### 1.2.4 Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a saber:

- Impacto e transformação social, por meio de ações entre o IFRO e a sociedade, proporcionando o desenvolvimento local e regional e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Impacto na formação do estudante envolvido na atividade, visando ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos, culturais e de cidadania;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo o processo formativo e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade;
- Interação dialógica com diferentes segmentos da sociedade para promoção da troca de saberes e o desenvolvimento de ações mútuas;
- Interdisciplinaridade no atendimento às demandas formativas e sociais.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES

e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

#### 1.2.5 Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

No IFRO o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, ocorre por meio de eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto:

a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: evento realizado com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os *Campi* entre si e desenvolver atividades de integração. São participantes do evento: a Pró-Reitoria de Ensino, os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento de Apoio ao Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de Registros Acadêmicos e Coordenações de Biblioteca;

b) Em 2017 ocorreu o primeiro Encontro de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais ligados ao Ensino;

c) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *Campi* do IFRO;

d) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas, bem como, a implementação da assistência estudantil

no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional, Psicólogo(a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador(a) de Assistência ao Educando dos *Campi*;

e) Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;

f) Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO;

g) Articulação entre a Diretoria de Ensino (DE), Departamento de Extensão (DEPEX), Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (DEPESP) e Coordenações de Cursos para implementação de projetos integradores;

Eventos nos *Campi*: Os *Campi* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral. Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Formar cidadãos plenos e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico para atuarem na área financeira em empresas públicas ou privadas, dando suporte à gestão da organização.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Preparar profissionais com conhecimentos técnicos que lhes permitam executar atividades de assessoramento;
- Assessorar atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços;
- Identificar os diversos indicadores econômicos e financeiros e sua importância para análise financeira;
- Auxiliar na análise e interpretação de demonstrativos financeiros;
- Realizar fluxo de caixa, lançamentos financeiros, ordens de pagamento, contas a pagar e receber, além de cobranças.

#### **1.4. Do Perfil do Egresso: Competências e Habilidades**

##### 1.4.1. Do Perfil do Egresso

O IFRO investe para a formação de profissionais que se constituam como sujeitos plenos, com formação humana e cultural integrada à formação profissional com competência técnica e tecnológica em sua área de atuação. Ainda prima pela formação de profissionais com princípios éticos, que estabeleçam relações e práticas sustentáveis e que sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

Assim, o egresso do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio estará habilitado a desenvolver atividades voltadas à gestão financeira em organizações de pequeno, médio e grande porte. Além disso, terá conhecimento de técnicas e processos que permitam atender ou até antecipar-se às demandas da organização na qual atua ou atuará.

##### 1.4.2. Das Competências e Habilidades Gerais do Egresso

O IFRO priorizará a formação de profissionais que:

- Constituíam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional;
- Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com diversas culturas;
- Sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016, p. 90), o egresso do Curso Técnico em Finanças poderá atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor e em empresas de consultoria, bem como de forma autônoma, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Atitude proativa, visando suprir as necessidades logísticas dos departamentos;
- Habilidade para trabalhar em equipe, proporcionando um ambiente profissional saudável e harmonioso.

#### 1.4.3. Das Habilidades Específicas

O Técnico em Finanças formado pelo IFRO terá as seguintes habilidades específicas:

- a) Assessorar atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços;
- b) Identificar os diversos indicadores econômicos e financeiros e sua importância para análise financeira;
- c) Auxiliar na interpretação de demonstrativos financeiros;
- d) Realizar fluxo de caixa, lançamentos financeiros, ordens de pagamento, contas a pagar e a receber e cobranças;
- e) Coletar e organizar informações para a assessorar a elaboração do orçamento empresarial e análise patrimonial.

#### 1.4.4. Do Mercado de Trabalho

A cidade de Vilhena está em pleno crescimento, considerado um dos principais mercados do cone sul de Rondônia, com comércio e indústria em ascensão. De acordo com o Sebrae Vilhena (2017), o município, neste ano, contava com 528 empresas de pequeno, médio e grande porte no município, sendo 448 de pequeno porte, 67 de médio porte e outras 13 de grande porte. Sabe-se que as empresas em crescimento estão alinhadas, na maioria das vezes, com o aumento no número de funcionários. Dentre estes, torna-se cada vez mais necessária a figura do Técnico em Finanças, profissional que desempenhará papel de assessoramento ao Administrador e ao Contador da empresa nas ações relacionadas às atividades bancárias, de tesouraria, orçamentos empresariais, acompanhamento de fluxo de caixa, emissão de boletos e notas fiscais, dentre outras atribuições que lhe são peculiares.

Outro número importante, destacado pela pesquisa Sebrae Vilhena (2017), é a existência de 1756 microempresas nesta cidade. Para essas pequenas e médias empresas, há a existência de uma alta mortalidade nos primeiros anos de implantação. Em uma pesquisa do Sebrae Nacional (2016), revela-se que, em 2012, foram constituídas em Vilhena 849 empresas e, em dois anos, o índice de sobrevivência foi de 73%. Nessa mesma pesquisa elenca-se os fatores contribuintes para a sobrevivência/mortalidade de empresas: situação antes da abertura da empresa (tipo de ocupação do empresário, experiência no ramo, motivação para abrir o negócio), planejamento do negócio, gestão do negócio e capacitação dos donos em gestão empresarial.

Os indicadores acima revelam que a capacitação/qualificação por meio do Curso Técnico em Finanças é fundamental para colaborar não somente para a sobrevivência das empresas, mas também para a manutenção com qualidade. Isso acontece por intermédio da capacitação do pequeno ou microempresário, bem como pela capacitação de membro da empresa familiar ou de profissional do mercado a ser contratado.

A gestão financeira, no pertinente ao cumprimento da legislação tributária e a comercial, é atividade básica de uma empresa e pode ser apoiada por profissional técnico em diversas demandas, a saber: análise, planejamento, controle financeiro e a perfeita utilização dos instrumentos de controle, bem

como registros e relatórios; controle orçamentário, organizado através do controle de caixa e bancos de contas a pagar e a receber, estoques, imobilizado, que devem ser realizadas por um técnico capacitado.

## **1.5. Da Estrutura Curricular**

A estrutura curricular envolve os princípios de formação e os procedimentos de trabalho, assim como a estrutura do currículo, que deve correlacionar intimamente o perfil de formação, os objetivos, a matriz curricular e os planos de disciplina a serem desenvolvidos.

O currículo está organizado de modo a garantir o desenvolvimento global do aluno, conforme as diretrizes fixadas pelas Resoluções 2/2012 (Diretrizes do Ensino Médio) e 6/2012 (Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio), do Conselho Nacional de Educação. Atende à sistemática de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional e os princípios educacionais defendidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, pautados numa educação significativa.

O ensino é concebido como uma atividade de aplicação e não de transferência de conteúdos, e a aprendizagem, como uma construção em vez de reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, os alunos e os professores serão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferirem nos processos educativos e no meio social. Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento educacional, mas sempre tendo em vista esse ideário metodológico aqui delineado.

## **1.6. Dos Conteúdos Curriculares do Curso**

### **1.6.1. Da Especificação dos Componentes Curriculares**

#### **1.6.1.1 Eixos Formadores**

A matriz curricular do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio está embasada numa proposta interdisciplinar de ensino e aprendizagem que visa o desenvolvimento das múltiplas dimensões que

envolvem o perfil formativo. As disciplinas dispostas por núcleo podem ser distribuídas de acordo com os objetivos:

- a) Preparar profissionais com conhecimentos técnicos que lhes permitam executar atividades de assessoramento;
  - b) Assessorar atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços;
  - c) Identificar os diversos indicadores econômicos e financeiros e sua importância para análise financeira;
  - d) Auxiliar na análise e interpretação de demonstrativos financeiros;
  - e) Realizar fluxo de caixa, lançamentos financeiros, ordens de pagamento, contas a pagar e receber, além de cobranças.
- 
- a) Preparar profissionais com conhecimentos técnicos que lhes permitam executar atividades de assessoramento: objetivo relacionado às disciplinas de Ambientação para EaD, Português instrumental, Introdução à Informática, Orientação para Pesquisa e Prática Profissional; Ética Profissional e Cidadania, Empreendedorismo, Segurança, Meio Ambiente e Saúde.
  - b) Assessorar atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços: objetivo associado às disciplinas de Matemática Financeira Aplicada, Estatística Aplicada, Planejamento Financeiro, Fundamentos de Administração; Fundamentos de Economia, Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Orientação para Pesquisa e Prática Profissional; e Prática Profissional Supervisionada;
  - c) Identificar os diversos indicadores econômicos e financeiros e sua importância para análise financeira: objetivo relacionado às disciplinas de Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Direito e Legislação Comercial, Fundamentos da Legislação Trabalhista, Tópicos de Economia Monetária, Gestão Tributária;

- d) Auxiliar na análise e interpretação de demonstrativos financeiros: objetivo associado às disciplinas de Análise de Demonstrações financeiras, Análise de Investimento Financeiro, Projetos Empresariais;
- e) Realizar fluxo de caixa, lançamentos financeiros, ordens de pagamento, contas a pagar e receber, além de cobranças: objetivo associado às disciplinas de Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Fundamentos de Direito Tributário, Tópicos de Economia Monetária,

De modo a evidenciar a relação entre disciplinas e objetivos para a formação humana e profissional do Técnico em Finanças, o curso compõe-se de eixos e dimensões formadoras que se definem como concepções integradoras entre as disciplinas de núcleo comum, de núcleo profissionalizante e os objetivos do curso, articulando-se em torno da formação humanística, técnica e social, conforme quadro a seguir:

**Quadro 11 – Eixos e Dimensões Formadoras**

<b>Eixo</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Disciplinas/Atividades</b>
		Ambientação para EaD
Instrumentalização e desenvolvimento da competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico	Português Instrumental
		Introdução à Informática
		Contabilidade Geral
		Estatística Aplicada
		Fundamentos de Economia
		Fundamentos de Administração
Efetivação dos processos de gerenciamento e aplicação dos conceitos	Normatização da ação Ação humana, coletiva e responsável do técnico	Ética Profissional e Cidadania
		Direito e Legislação Comercial
		Fundamentos de Direito Tributário
Ação e produção: sustentáculos da prática profissional do técnico em finanças	A construção da prática profissional e a intervenção na sociedade	Matemática Financeira Aplicada
		Orientação para Pesquisa e Prática Profissional
		Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança
		Empreendedorismo
		Contabilidade de Custos
		Análise de Demonstrações Financeiras
		Gestão Tributária
		Análise de Investimentos Financeiros
		Planejamento Financeiro
		Projetos Empresariais
		Segurança, Meio Ambiente e Saúde
		Fundamentos de Legislação Trabalhista
Tópicos de Economia Monetária		

Prática profissional	Sistematização do aprendizado	Estágio Supervisionado
		Trabalho de Conclusão de Curso
		Pequeno empresário ou trabalhador
Atividades Complementares	A amplitude do trabalho educativo junto à sociedade rondoniense	Estágios, visitas técnicas, jogos, mostras, seminários, pesquisa, atividades laboratoriais e outras.

#### 1.6.4 Da Matriz Curricular do Curso

Nos termos do art. 13 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, para a estruturação dos cursos da educação profissional técnica de nível médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, deve-se considerar:

- I - a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;
- II - o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social. [...]

A matriz curricular do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio atende às normativas legais, observa as diretrizes do eixo tecnológico Gestão e Negócios, encontra-se estruturada de acordo com o que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e na análise de conceitos, termos e matrizes do curso ofertado dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Logo, tendo em vista a equalização e à unificação do sistema acadêmico, garantindo a atualização curricular conforme descrito:

**a) Núcleo profissionalizante:** este núcleo é composto por disciplinas específicas do currículo do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio, conforme determinam a legislação e a modalidade. As disciplinas deste núcleo agregam à formação dos alunos, de forma interdisciplinar, os saberes e conhecimentos necessários à formação técnica, humana e social. As competências a serem desenvolvidas pelos alunos estão relacionadas a uma atuação crítica, criativa, ética, empreendedora, consciente e responsável.

**b) Núcleo complementar:** estrutura-se com vistas ao desenvolvimento da formação geral, que proporcione o aprimoramento profissional e mostrar a amplitude do trabalho do Técnico em Finanças na área de conhecimento Gestão e Negócios. A matriz curricular apresentada a seguir demonstra a sistematização e a ordenação modular de oferta das disciplinas.

**Quadro 12 – Matriz curricular do Curso**

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO CAMPUS VILHENA</b>								
<b>Matriz aprovada pela Resolução nº XX/CONSUP/IFRO/2017</b>								
Organização conforme a LDB 9.394/96, Art. 36, e a Resolução CEB/CNE 6/2012								
Duração da aula: 50 minutos								
Períodos/ Módulos/ Etapas <sup>2</sup>	Disciplinas	Semanas letivas	Número de aulas		TOTAL (Hora-Aula)	TOTAL (Hora- Relógio)		
			Telepresencial /Presencial	EaD				
<b>PRIMEIRO MÓDULO</b>	<b>E1</b>	Ambientação para EaD	2	8	32	40	33,33	
	<b>E2</b>	Português Instrumental <sup>i</sup>	4	12	48	60	50,00	
		Introdução à Informática		8	32	40	33,33	
	<b>E3</b>	Fundamentos de Administração	4	8	32	40	33,33	
		Fundamentos de Economia		8	32	40	33,33	
	<b>E4</b>	Direito e Legislação Comercial	4	8	32	40	33,33	
		Ética Profissional e Cidadania		8	32	40	33,33	
	<b>Subtotal 1</b>			<b>14</b>	<b>60</b>	<b>240</b>	<b>300</b>	<b>249,98</b>
	<b>SEGUNDO MÓDULO</b>	<b>E1</b>	Matemática Financeira Aplicada *	4	12	48	60	50,00
			Contabilidade Geral		8	32	40	33,33
<b>E2</b>		Contabilidade de Custos	4	8	32	40	33,33	
		Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional		8	32	40	33,33	
<b>E3</b>		Planejamento Financeiro	4	8	32	40	33,33	
		Fundamentos de direito tributário		8	32	40	33,33	

<sup>2</sup> A estrutura do curso configura-se em módulos com vistas ao cumprimento da carga horária, conforme definições das especificidades da modalidade EaD – em atenção ao §1º do art. 1º do Decreto nº 9057/17. Cada módulo é composto por três etapas sequenciais para cumprimento do currículo, com a ocorrência de duas disciplinas, concomitantemente, com exceção da etapa E1, em que a disciplina Ambientação EaD é ministrada em separado das demais.

	E4	Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança	4	8	32	40	33,33	
		Tópicos de Economia Monetária		8	32	40	33,33	
<b>Subtotal 2</b>			<b>16</b>	<b>68</b>	<b>272</b>	<b>340</b>	<b>283,31</b>	
<b>TERCEIRO MÓDULO</b>	E1	Estatística Aplicada	4	8	32	40	33,33	
		Empreendedorismo		8	32	40	33,33	
	E2	Segurança, Meio Ambiente e Saúde	4	8	32	40	33,33	
		Gestão Tributária		8	32	40	33,33	
	E3	Análise das Demonstrações Financeiras	4	8	32	40	33,33	
		Análise de Investimento Financeiro		8	32	40	33,33	
	E4	Fundamentos de Legislação Trabalhista	4	8	32	40	33,33	
		Projetos Empresariais		8	32	40	33,33	
	<b>Subtotal 3</b>			<b>16</b>	<b>64</b>	<b>256</b>	<b>320</b>	<b>267</b>
	<b>Subtotal Geral</b>			<b>46</b>	<b>192</b>	<b>768</b>	<b>960</b>	<b>800,29</b>
<b>Núcleo Complementar</b>			<b>Prática Profissional</b>			120	100	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>46</b>	<b>192</b>	<b>768</b>	<b>1080</b>	<b>900</b>	

As disciplinas de Português Instrumental e Matemática Financeira Aplicada serão realizadas em quatro semanas; vale ressaltar que na quarta semana os alunos participarão de dois encontros presenciais.

### 1.6.5 Do Ementário

#### 1.6.5.1 Planos das disciplinas

Os planos de disciplinas são indicadores prévios para o planejamento completo dos professores em sua área disciplinar; especificam a ementa, carga horária e referências imprescindíveis para a formação dos cursistas. Com base neles, o professor construirá o plano de ensino de cada disciplina.

### PRIMEIRO MÓDULO

#### CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

<b>Disciplina</b>	Ambientação para EaD	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>1. Objetivo geral</b>		
2. Executar atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem, utilizando as ferramentas e recursos disponibilizados.		
<b>3. Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o conceito de EAD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo;</li> <li>• Participar de uma comunidade virtual de aprendizagem;</li> <li>• Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: <i>emoticons</i>, etiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback;</li> <li>• Participar de atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem e experimentar seus recursos e ferramentas, como forma de viabilizar sua participação, como aluno virtual, em disciplinas posteriores do seu curso virtual.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Concepções e legislação em EAD. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Ferramentas para navegação e busca na internet. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.		
<b>Referências básicas</b>		
<p>BARBOSA, Rommel Melgaço. <b>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</b>. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>BORBA, M.C., Malheiros, A.P.S., ZULATTO, R. B.A. <b>Educação a distância online</b>. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.</p> <p>MATTAR, João. <b>Guia de educação a distância</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>QUINTELA, Ariádne J. F. e ZAMBERLAN, Miguel F. <b>Ambientação para EaD: Caderno do aluno do curso Técnico em Informática</b>. Cuiabá: IFMT, 2013.</p>		
<b>Referências complementares</b>		
<p>BELLONI, Maria Luísa. <b>Educação a distância</b>. 5. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.</p> <p>BRASIL, <b>Guia de Utilização do AVA para Cursos Presenciais com Aproveitamento de Carga Horária em Ead. Departamento de Produção de EaD. Campus Porto Velho Zona Norte: IFRO, 2013.</b></p> <p>FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; MORAES, Raquel de Almeida Moraes (orgs.). <b>Linguagens e interatividade na educação a distância</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2008.</p> <p>LITTO, Frederic; FORMIGA, Marcos (orgs.). <b>Educação a Distância: o estado da arte</b>. São Paulo: Pearson Education do Brasil, Ed. Recente.</p> <p>MAIA, Carmem; MATTAR, João. <b>ABC da EaD</b>. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>NINK DE CARVALHO, Rafael. <b>Ambiente virtual de aprendizagem em uma Perspectiva de integração de mídias</b>. Campus Porto Velho Zona Norte: IFRO, 2010.</p> <p>PIMENTEL, N. M. <b>Introdução à educação a distância</b>. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.</p> <p>SAWAYA, Márcia Regina. <b>Dicionário de informática &amp; internet</b>. 3. ed. Editora Nobel, 2010</p>		

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Português Instrumental	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 60 h</b>
<b>Objeto Geral</b>		
Aprimorar o conhecimento básico referente ao ensino-aprendizagem de conteúdos específicos		

de Língua Portuguesa e a aplicação desse conhecimento em ambientes de trabalho do profissional técnico em Finanças.
<b>Objetivos Específicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercitar-se no uso da criatividade e constante atualização quanto aos recursos comunicativos disponibilizados pela linguagem;</li> <li>• Comunicar fluentemente para diferentes públicos, reconhecendo a importância da linguagem na constituição do homem;</li> <li>• Perceber que as relações de concordância e regência constituem alguns dos aspectos fundamentais da estrutura sintática de produções textuais em Língua Portuguesa.</li> <li>• Realizar leitura e análise de textos técnicos e comerciais da área de Finanças por meio de indicadores linguísticos e/ou extralinguísticos;</li> </ul>
<b>Ementa</b>
Linguagem e comunicação. Funções da linguagem. Ortografia. Oração. Período. Pontuação. Concordâncias. Regências.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
<p>CEGALLA, Domingos Paschoal. <b>Novíssima Gramática da Língua Portuguesa</b>. 48. ed. São Paulo: Nacional, 2009.</p> <p>FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. <b>Como Ler, Entender e Redigir um Texto</b>. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b>. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>JESUS, Sérgio Nunes de; BARBOSA, Ingrid Leticia Menezes; SILVA, Albertina Neta Pereira da. <b>Português Instrumental</b>. Cuiabá-UFMT, 2013. – REDE E-TEC – IFRO.</p>
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
<p>INFANTE, Ulisses. <b>Do Texto ao Texto: Curso prático de leitura e redação</b>. São Paulo: Scipione, 2002.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. <b>Português Instrumental: De acordo com as atuais normas da ABNT</b>. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. <b>Português Instrumental</b>. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>_____. <b>Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</b>. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MESQUITA, Roberto Melo. <b>Gramática da Língua Portuguesa</b>. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <b>A Coerência Textual</b>. São Paulo: Contexto, 2012.</p>

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Introdução à Informática	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>Objeto Geral</b>		
Conhecer as tecnologias básicas de informação, fundamentais para potencializar a produtividade do trabalho, no âmbito financeiro.		
<b>Objetivos Específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer o funcionamento de um computador, assim como os seus componentes;</li> <li>• Desenvolver habilidades para usar as ferramentas de TI de usos comuns e essenciais para o funcionamento do computador.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Manipulação de arquivos e pastas. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Software de apresentação. Uso de hyperlinks. Gerenciador de banco de dados. Internet: conceitos;		

browsers; protocolos e serviços; sites de busca. Ergonomia.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

DOSCIATTI, Eden R., DOSCIATTI, Mariza M. **Informática Instrumental**. Cuiabá: UFMT, 2010.  
DUARTE, Sara Luize Oliveira; RAMOS, José Márcio Benite; LACERDA, Liluyoud Cury de. **Introdução à Informática**. Cuiabá: UFMT/IFRO, 2013.  
RODRIGUES, Andréia dos S. **Informática Básica**. Cuiabá: 2010.  
SILVA JUNIOR, Edson N. **Introdução à Computação**. Manaus: UFAM, 2009.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J.A. **Introdução à Informática**. 8ª ed. Pearson Education, 2004.  
NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.  
PACHECO, Gustavo B. **Introdução à Informática Básica com Software Livre**, SP: Érica, 2006.  
SILVA, Mário G. **Informática – Terminologia Básica**. SP: Érica, 2007.  
VELLOSO, Fernando de C. **Informática – Conceitos Básicos**. 8ª ed. RJ: *Campus*, 2011.

### CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

<b>Disciplina</b>	Fundamentos da Administração
-------------------	------------------------------

<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
---------------	--------------------	----------------------------

#### Objetivo geral

Conhecer as funções e abordagens de algumas teorias administrativas e sua evolução, bem como as técnicas administrativas de aplicação e adaptação da Administração para o desenvolvimento no trabalho e na vida.

#### Objetivos específicos

- Compreender o conceito e importância da administração para a sociedade, para as empresas e para a vida pessoal;
- Distinguir as principais teorias administrativas e suas contribuições;
- Reconhecer a forma conceitual das estruturas organizacionais existentes nas empresas;
- Descrever as funções do administrador e as funções existentes na empresa;
- Diferenciar os tipos de habilidades do Administrador;
- Estabelecer relação entre motivação, relações humanas e liderança no ambiente de trabalho;
- Diferenciar centralização e descentralização;
- Relacionar noções de qualidade e mudança organizacional na empresa.

#### Ementa

Teorias da administração. Funções e habilidades do administrador. Empresa e Estruturas organizacionais. Fundamentos de gestão de pessoas.

#### Referências básicas

CHIAVENATO, I.. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011;  
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Fundamentos da Administração**: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007.  
RICCIO, V.. **Administração Geral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.  
STADLER, Adriano. **Fundamentos da Administração**. Paraná: IFPR, 2011.

#### Referências complementares

ARAUJO, Luís Cesar G. de. GARCIA, Adriana Amadeu. **Teoria Geral da Administração: Orientação para Escolha de um Caminho Profissional**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.  
MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006;  
MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.  
OLIVEIRA, Otávio J. **Gestão Empresarial: Sistemas e Ferramentas**. 1.ed. São Paulo: Atlas,

2007.

SANTOS, Rubens da Costa. **Manual de Gestão Empresarial**: conceitos e aplicações nas empresas brasileira. . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Fundamentos de Economia	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>Objetivo geral</b>		
Assimilar os fundamentos teóricos da economia, ressaltando as relações entre as teorias econômicas e os instrumentos operacionais da economia aplicada.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Analisar os fundamentos teóricos da economia: conceitos, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais.</li><li>• Compreender o fluxo circular da atividade econômica e os instrumentos da política econômica.</li><li>• Explicitar e exemplificar as estruturas de mercado.</li><li>• Distinguir curva de procura, curva de oferta e o preço e equilíbrio de mercado.</li><li>• Discutir os aspectos básicos do balanço de pagamentos.</li><li>• Analisar conceitos de micro e macroeconomia.</li></ul>		
<b>Ementa</b>		
Fundamentos de economia: conceito, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais. Fluxos da atividade econômica. Estruturas de mercado. Curva de procura. Curva de oferta. Preço de equilíbrio de mercado. Noções de Macroeconomia.		
<b>Referências básicas</b>		
GONÇALVES, A. C. P. et al. (Orgs.). <b>Economia Aplicada</b> . 9ª ed. RJ: FVG, 2013. ROSSETTI, José Paschoal. <b>Introdução à Economia</b> : Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2012. SANTOS, F. R. <b>Fundamentos de Economia</b> . Cuiabá – MT: rede e–Tec Brasil/IFRO/UFMT, 2013. VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. <b>Fundamentos de economia</b> . São Paulo: Saraiva, v. 2, 2004.		
<b>Referências complementares</b>		
EQUIPE, DE PROFESSORES DA USP. <b>Manual de economia</b> . São Paulo: Saraiva, 2004. LANZANA, Antônio E. <b>Economia Brasileira</b> : fundamentos e Atualidade. 4ª ed. SP: Atlas, 2010 MAIA, Jayme de Maria. <b>Economia internacional e comércio exterior</b> . São Paulo: Atlas, 1994 MANKIW, N. Gregory; MONTEIRO, Maria José Cyhlar. <b>Introdução à economia</b> : princípios de micro e macroeconomia. São Paulo, 2001. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JR, Rudinei. <b>Economia brasileira contemporânea</b> . São Paulo: Atlas, 1999.		

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Direito e Legislação Comercial	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>Objetivo geral</b>		
Compreender as normas e princípios da legislação aplicada às relações de consumo e ao campo empresarial, seus elementos e fundamentos inerentes à atuação do profissional da área de finanças.		
<b>Objetivos específicos</b>		

<ul style="list-style-type: none"> <li>● Assimilar os princípios que norteiam as relações consumeristas;</li> <li>● Diferenciar os tipos de contratos comerciais;</li> <li>● Identificar as especificidades de cada contrato;</li> <li>● Apreender os conceitos de empresários e sociedades empresariais;</li> <li>● Distinguir os tipos de sociedades empresariais;</li> <li>● Aplicar os tipos de contrato em cada situação da vida profissional;</li> </ul>
<b>Ementa</b>
Direitos do consumidor. Leis e artigos relacionados ao Antigo Direito Comercial. Empresa e Empresário. Registro Público de Empresas. O empresário na sociedade. Micro e pequeno empresário. Contratos comerciais. Questões tributárias e fiscais.
<b>Referências básicas</b>
BRASIL. <b>Constituição Federal</b> . Brasília. Brasília, 2015. _____. <b>Código Comercial. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850</b> . Brasília, 2015. _____. <b>Código de Defesa do consumidor</b> . Brasília, 2015. _____. <b>Código Civil</b> , Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Brasília, 2015. COELHO, Fábio Ulhoa. <b>Curso de Direito Comercial</b> . São Paulo: Saraiva. Ed. Recente.
<b>Referências complementares</b>
BRASIL. <b>Criação do EIRELI</b> . Lei nº 12.441 de 11 de julho de 2011. Brasília, 2015. _____. <b>Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte</b> . Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Brasília, 2015. BULARELLI, Waldirio. <b>O novo direito empresarial</b> . Rio de Janeiro, Renovar. Ed. Recente. CHAGAS, Edilson Enedino Das. Pedro Lenza (Coord.). <b>Direito Empresarial Esquemático</b> . São Paulo: Saraiva. Ed. Recente. GONCALVES, Victor Eduardo Rios; PERROTTA, Maria Gabriela Venturoti. <b>Direito Comercial - Dir. Empresa, Soc. Empresárias. Col. Sinopses Jurídicas 21</b> . São Paulo: Saraiva. Ed. Recente. MAMEDE, Gladston. <b>Manual de Direito Empresarial</b> . São Paulo: Atlas. Ed. Recente. REQUIÃO, Rubens. <b>Direito comercial</b> . São Paulo: Saraiva. Ed. Recente.

CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina</b>	Ética Profissional e Cidadania	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>Objetivo geral</b>		
Compreender a evolução da ética Profissional e Cidadania ao longo da história e sua aplicação á vida prática.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conhecer a história da ética e cidadania (primórdios aos dias atuais);</li> <li>● Entender o funcionamento da vida social como formadora do indivíduo;</li> <li>● Reconhecer a vida social como algo que requer normas e uma ética;</li> <li>● Diferenciar os principais tipos de normas de convivência;</li> <li>● Aplicar os principais códigos de ética;</li> <li>● Entender a finalidade de se estabelecer o princípio da cidadania como norma de vida social;</li> <li>● Assimilar a importância dos códigos de ética para a vida profissional.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Ética, moral e cidadania. A ética ao longo do pensamento ocidental. Capitalismo, comércio, indústria e a ética do autointeresse. O mundo do trabalho, o empresário e a sociedade. A ética empresarial, a globalização e o confronto de culturas. Ética profissional em um mundo globalizado e responsabilidade social. A atuação profissional e os dilemas éticos. O exercício da profissão e o código de ética.		

<b>Referências básicas</b>
ANTUNES, Maria Thereza Pompa. <b>Ética</b> . São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2012. COTRIM, Gilberto. <b>Fundamentos da Filosofia</b> . São Paulo: Saraiva, 2006. GALLO, Silvio. <b>Ética e cidadania: caminhos da filosofia: elementos para o ensino da filosofia</b> . São Paulo: Papyrus. 2005. SROUR, Robert Henry. <b>Ética empresarial: a gestão da reputação: posturas responsáveis</b> . São Paulo: Campus, 2003.
<b>Referências complementares</b>
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. <b>Filosofando: introdução à Filosofia</b> . São Paulo: Moderna, 2008. CHAUÍ, Marilena. <b>Convite à Filosofia</b> . São Paulo: Ática, 2005. NEGREIROS, DavysSleman de. <b>Ética Profissional e Cidadania</b> . Cuiabá. UFMT, 2013. RODRIGUEZ, Martins. <b>Ética e responsabilidade social nas empresas</b> . São Paulo: Elsevier. 2005. SILVA, Édison Gonzague Brito da Silva. <b>Ética Profissional</b> . e-Tec Brasil. Alegrete: Instituto Federal Farroupilha, 2012.

## SEGUNDO MÓDULO

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Matemática Financeira Aplicada	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 60 h</b>
<b>Objeto Geral</b>		
Desenvolver o raciocínio lógico financeiro e aplicá-lo nas disciplinas correlatas, além de proporcionar ao aluno um embasamento teórico-prático sobre descontos, séries de pagamento e amortizações.		
<b>Objetivos Específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar desconto simples e compostos;</li> <li>• Realizar cálculos envolvendo o conceito de séries de pagamento;</li> <li>• Realizar cálculos de custo e amortização de empréstimos;</li> <li>• Utilizar tabelas financeiras, calculadoras financeiras e "software" de planilhas de cálculo;</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Descontos simples e compostos. Séries de pagamento: conceitos, classificações e aplicações. Amortização: conceito e aplicações.		
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>		
CRESPO, Antônio Arnot. <b>Matemática comercial e financeira fácil</b> . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. MATHIAS, Washington Franco. <b>Matemática Financeira</b> . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. VERAS, Lília Ladeira. <b>Matemática Financeira</b> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. <b>Matemática Financeira</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>		
BODIE, Zvi.; MERTON, Robert. <b>Finanças</b> . 1. ed. Porto Alegre : Bookman, 2002. BRANCO, Anísio Costa Castelo. <b>Matemática financeira aplicada</b> . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. GITMAN, Lawrence. <b>Princípios de Administração Financeira</b> . 2. ed. Porto Alegre : Bookman, 2001. SAMANEZ, Carlos Patrício, <b>Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos</b> . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. TOSI, Armando José. <b>Matemática Financeira com utilização da HP-12C</b> . São Paulo: Atlas,		

2006.

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Contabilidade Geral	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	Carga horária: 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Capacitar o aluno a compreender os principais métodos utilizados pela ciência contábil para produzir informações, bem como compreender a estrutura das principais demonstrações financeiras.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer a história e os fundamentos da ciência contábil;</li><li>• Inteirar-se e aplicar os principais métodos utilizados pela contabilidade para gerar informações;</li><li>• Aprender e interpretar as principais demonstrações financeiras;</li><li>• Entender o que é patrimônio e sua representação gráfica na Contabilidade;</li><li>• Diferenciar as contas e o plano de contas;</li><li>• Compreender conceito de Escrituração Contábil;</li><li>• Assimilar e aplicar as Demonstrações contábeis.</li></ul>		
<b>Ementa</b>		
Conceito, objetivo e finalidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultados. Métodos de escrituração. Demonstrações contábeis.		
<b>Referências básicas</b>		
BACINELLO, Edilson; BOM FIM, Jaqueline Pedroski. <b>Contabilidade Geral</b> . UFMT, 2013. BÄCHTOLD, Ciro. <b>Contabilidade Básica</b> . IFPR, 2011 BOM FIM, Jaqueline Pedroski. <b>Contabilidade Geral</b> . 1ª ed. Cuiabá, UFMT, 2013. MARION, José Carlos. <b>Contabilidade Básica</b> . São Paulo: Atlas, 2009.		
<b>Referências complementares</b>		
CREPALDI, Silvio Aparecido. <b>Curso Básico de Contabilidade</b> . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. FRANCO, Hilário. <b>Contabilidade Geral</b> . São Paulo: Atlas, 2009. IUDÍCIBUS, Sergio de; et al. <b>Contabilidade Introdutória</b> . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006. IUDÍCIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. <b>Curso de Contabilidade para não Contadores</b> : para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. TRISTÃO, Gilberto. <b>Contabilidade Básica</b> . São Paulo: Atlas, 2008.		

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Contabilidade de Custos	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	Carga horária: 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Capacitar o aluno a compreender os principais métodos e conceitos utilizados pela Contabilidade de Custos para produzir informações, bem como compreender o auxílio à gestão através dos mecanismos utilizados pela Contabilidade de Custos.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer os aspectos históricos da contabilidade de custos;</li><li>• Conhecer e diferenciar as terminologias e expressões utilizadas pela contabilidade de custos;</li></ul>		

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprender a classificar através das nomenclaturas utilizadas pela contabilidade de custo, e ainda sua aplicação na gestão das empresas;</li> <li>• Aprender e aplicar os principais métodos de Inventários de Materiais, Formação do preço de venda, Custeio e Ponto de equilíbrio.</li> </ul>
<b>Ementa</b>
Introdução à contabilidade de custos: natureza, importância, conceito, histórico, objetivos e princípios. Terminologia e expressões. Classificação e nomenclaturas de custos. Inventário de materiais. Formação do preço de venda. Métodos de custeio. Ponto de equilíbrio.
<b>Referências básicas</b>
ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S, Mark. <b>Contabilidade gerencial</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. BACINELLO, Edilson. <b>Contabilidade de Custo</b> . Cuiabá: Rede e-TEC, 2014. MARTINS, Eliseu. <b>Contabilidade de custos</b> . 9. ed., São Paulo: Atlas, 2003. NAKAGAWA, Masayuki. <b>ABC Custeio baseado em atividades</b> . 2. ed., São Paulo: Atlas, 2001.
<b>Referências complementares</b>
CRUZ June Alisson W.; SCHIER, Carlos Ubiratan C. Schier; ANDRICH, Emir G. <b>Contabilidade introdutória - descomplicada - com atualização da lei 11.638/2007</b> . 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2009. FRANCO, Hilário. <b>Estrutura, análise e interpretação de balanços</b> . 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992 HORNGREN, Charles Thomas et alli. <b>Contabilidade de Custos</b> . 9. ed., Rio de Janeiro: LTC, 2000. IUDICÍBUS, Sérgio. <b>Análise de balanços</b> . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LOPES DE SÁ, Antônio. <b>Moderna análise de balanços ao alcance de todos</b> : com referências relativas à reforma das sociedades por ações - lei 11.638/07. 2. ed. rev. Atual. Curitiba: Juruá, 2008.

CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina</b>	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	
<b>Núcleo</b>	Complementar	<b>Carga horária:</b> 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer a diferença entre conhecimento científico e outros tipos de conhecimento;</li> <li>• Empregar os princípios e normas de redação técnica e científica.</li> <li>• Utilizar normas de metodologia científica em produção de projetos, relatórios, artigos e outras formas de apresentação;</li> <li>• Elaborar planejamentos de atividades e relatórios de acordo com as regulamentações específicas.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Legislação e operacionalização do estágio.		
<b>Referências básicas</b>		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 6023</b> : informação e documentação; referências; elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. <b>Fundamentos de metodologia científica</b> . São Paulo:		

Atlas, 2003.  
 CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.  
 FRANZIN, Sergio Francisco Loss. **Orientação para prática profissional e pesquisa**. Cuiabá – MT: UFMT, 2013.  
 FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2015.

**Referências complementares**

AZEVEDO, C. B. **Metodologia científica ao alcance de todos**. São Paulo: Manole, 2013.  
 BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, 2015.  
 ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. Paraná: Juruá. 2016.  
 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. Ed. 03. São Paulo: Atlas, 2003.  
 MATTAR, J. e MATTAR NEGO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2017.  
 OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica**. Ed. 08. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.  
 SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

**CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO**

<b>Disciplina</b>	Planejamento Financeiro	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária:</b> 40 h

**Objetivo geral**

Compreender a composição dos recursos financeiros empresariais, quanto às fontes, controles e uso, visando direcionar a correta tomada de decisões para sua aplicação.

**Objetivos específicos**

- Conhecer a gestão e as finanças de micro e pequenas empresas;
- Identificar os modelos de excelência de gestão;
- Relacionar os elementos que envolvem o capital de giro como: fontes de financiamento, caixa e estoque;
- Descrever os elementos de organização, compra e previsão de estoque;
- Operacionalizar os procedimentos de demonstração, método, controle e projeção do fluxo de caixa;
- Analisar o recebimento de contas da organização, quanto à concessão e política de crédito e cobrança;
- Interpretar os instrumentos de análise financeira visando a melhor rentabilidade da empresa;
- Diferenciar formas de aplicação de recursos.

**Ementa**

Planejamento da Gestão Empresarial. Administração do Capital fixo e de giro. Gestão financeira estoques. Planejamento e Controle de Fluxo de Caixa. Administração de contas a receber. Apuração e Análise de Indicadores Financeiros

**Referências básicas**

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.  
 HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
 LEME JUNIOR, Antônio Barbosa. **Administração financeira: princípios, fundamentos e**

práticas brasileiras. São Paulo: Elsevier, 2010.  
 MOREIRA, José Carlos. **Orçamento empresarial**: manual de elaboração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**Referências complementares**

GROPPELLI; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.  
 LEME JUNIOR, Antonio Barbosa, CHEROBIM, Ana Paula, RIGO, Cláudio Miessa. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.  
 MOREIRA, José Carlos. **Orçamento empresarial**: manual de elaboração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
 PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.  
 ROSS, Stephen A. et al. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.  
 SOUZA, Antônio. **Gerência financeira para micro e pequenas empresas**. 2ª Ed. São Paulo: Elsevier, 2014

**CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO**

<b>Disciplina</b>	Fundamentos de Direito Tributário	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>

**Objetivo geral**

Empregar as normas e princípios do Direito Tributário e a legislação vigente aos instrumentos de planejamento e execução financeiro-tributária no mercado de trabalho.

**Objetivos específicos**

- Interpretar a legislação tributária;
- Caracterizar as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- Categorizar as espécies tributárias;
- Distinguir a competência tributária;
- Avaliar as obrigações decorrentes da LRF em relação à instituição dos impostos.
- Diferenciar as características e peculiaridades dos impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Conhecer o processo de formação, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.
- Perceber a importância da execução fiscal para os entes tributantes.

**Ementa**

Sistema constitucional tributário. Limitações e Imunidades tributárias. Espécies tributárias. Conceito de tributo. Impostos, taxas e contribuições de melhoria. Contribuições especiais e empréstimos compulsórios. Obrigação e competência tributária. Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Execução fiscal. Repartição das receitas tributárias. Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Referências básicas**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2015.  
 \_\_\_\_\_. **Lei nº 5.172, de 25/10/1966**. Código Tributário Nacional. Brasília, 2015.  
 \_\_\_\_\_. **Lei nº 6.830 de 22/07/1980**. Lei Execução Fiscal. Brasília, 2015.  
 SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2014.

**Referências complementares**

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  
 CASTELLANI, Fernando. **Direito Tributário**. Coleção OAB nacional. Saraiva. 2013.  
 CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário**. Sinopses Jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2014.  
 CORNÉLIO, Fernanda Marques. **Coleção Resumos para Concursos: Direito Tributário**. Salvador: Juspodivm, 2014.  
 SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário Essencial**. São Paulo: Gen/Método. 2014

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária:</b> 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Compreender os aspectos relacionados à gestão da qualidade no atendimento e cobrança.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir a importância da qualidade no atendimento ao cliente;</li> <li>• Conhecer os principais aspectos relacionados ao atendimento;</li> <li>• Diferenciar os aspectos relacionados à boa e má qualidade do atendimento;</li> <li>• Identificar as técnicas de comunicação empresarial;</li> <li>• Desenvolver técnicas de atendimento ao cliente interno e externo (recepção, controle de agenda).</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Introdução aos aspectos conceituais inerentes ao atendimento (cliente, cidadão, usuário, prestador de serviço). Mudança de comportamento do cliente/usuário (influências ambientais). Cliente como indivíduo. Aspectos da excelência no atendimento. Comunicação, apresentação pessoal e postura no atendimento. Técnicas de cobrança em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, técnicas de abordagem do cliente, técnicas de atendimento e vendas, gestão do tempo no atendimento aos clientes, prospecção e gestão do relacionamento com o cliente		
<b>Referências básicas</b>		
BENTES, Otávio Morand. <b>Atendimento ao Cliente</b> . 1.ed. Curitiba: Editora IESDE, 2011. FERNANDES, Walberto. <b>Excelência no Atendimento a cliente</b> : um livro para todos os profissionais de atendimento. Salto/SP: Editora Schoba, 2010. LAS CASAS. Alexandre Luzzi. <b>Excelência em Atendimento ao Cliente</b> : atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2012. _____. <b>Marketing de Serviços</b> . 6. ed. Sao Paulo: Atlas, 2012.		
<b>Referências complementares</b>		
CASTRO, Guilherme Caldas. et al. <b>Comportamento do Consumidor</b> .1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. FINCH, Lloyd C. <b>Cortesia ao telefone e atendimento ao cliente</b> . 1.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. MORAES A. <b>Ergonomia – Conceitos e Aplicações</b> . Rio de Janeiro: 2 A B Editora, 1998. SÁ, Carlos Alexandre. <b>Estabelecimento de limite de crédito</b> : uma nova abordagem para um velho problema. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. WELLINGTON, Pat. <b>Atendimento eficaz ao cliente</b> . 1.ed. São Paulo: Clio Editora, 2011.		

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Tópicos de Economia Monetária	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária:</b> 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Assimilar os elementos fundamentais da economia monetária, ressaltando as relações básicas existentes entre os universos monetários e financeiros e a economia real.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assimilar o conceito, as tipologias, as funções e as utilidades fundamentais da moeda.</li> <li>• Analisar os elementos básicos do mercado monetário e financeiro e como ele funciona.</li> <li>• Apontar o papel da autoridade monetária e os instrumentos de controle da moeda.</li> </ul>		

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreender a relação da base monetária com a taxa de juros básica da economia.</li> <li>• Discutir os principais tipos, causas e consequências da inflação.</li> <li>• Enumerar os principais indicadores de inflação e as instituições brasileiras que os calculam..</li> </ul>
<b>Ementa</b>
Conceito, tipos, funções, utilidades e controle da moeda. Base monetária e taxa de juros. Conceito, tipos, causas e consequências da inflação. Principais indicadores de inflação no Brasil. Atualização contratual.
<b>Referências básicas</b>
ALMEIDA, J. R. N. <b>Economia Monetária</b> : uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2009. CARVALHO, F. J. C. <b>Economia Monetária e Financeira</b> : teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus / Grupo Elsevier, 2007. COSTA, F. N. <b>Economia Monetária e Financeira</b> . R. J: Campus, 2006. EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. <b>Manual de Economia</b> . 6ª ed. SP: Saraiva, 2011. ROSSETTI, José Paschoal. <b>Introdução à Economia</b> : Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2012.
<b>Referências complementares</b>
BODIE, Z. ; MERTON, R. C. <b>Finanças</b> . Porto Alegre: Bookman, 2002. CORNETT, M. M.; ADAIR JR., T. A; NOFSINGER, J. <b>Finanças</b> . Porto Alegre: Mc Graw Hill/Bookman, 2013. HOWELLS, P. G. A. ; BAIN, K. <b>Introdução à Economia Monetária</b> . Porto Alegre. Mc Graw Hill, 1990. ROSSETTI, José Paschoal. <b>Introdução à Economia</b> : Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2012. SANTANA, J. A. <b>Economia Monetária</b> . Brasília: UNB, 1997.

### TERCEIRO MÓDULO

CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina</b>	Estatística Aplicada	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>Objeto Geral</b>		
Conhecer os conceitos teóricos e aplicar as técnicas e ferramentas da estatística de forma a contribuir para a formação e atuação no mercado de trabalho como técnico em finanças, bem como para aplicação em outras atividades da vida profissional.		
<b>Objetivos Específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceituar a estatística exemplificando possíveis aplicações;</li> <li>• Apontar um conjunto de dados estatísticos identificando os tipos de variáveis;</li> <li>• Reconhecer e utilizar as representações de dados relativos;</li> <li>• Reconhecer a diferença entre a estatística descritiva e estatística inferencial;</li> <li>• Distinguir e exemplificar as fases do método estatístico;</li> <li>• Diferenciar os conceitos de amostra e população e suas implicações para a pesquisa;</li> <li>• Apontar e exemplificar a distribuição de frequências;</li> <li>• Determinar a média aritmética, a mediana e a moda de uma amostra;</li> <li>• Reconhecer a variância e o desvio padrão da população e da amostra;</li> <li>• Reconhecer e exemplificar os diferentes tipos de tabelas e gráficos;</li> <li>• Identificar o conceito e as aplicações da correlação e reconhecer o seu significado;</li> <li>• Prever valores a partir da equação de regressão;</li> <li>• Identificar e aplicar as técnicas estatísticas em situações reais.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		

Noções básicas e elementares da matemática. Introdução à estatística. Medidas de posição e de dispersão. Amplitude, desvio e variância. Regressão e correlação. Tabelas e gráficos. Análise de dados e indicadores. Probabilidade.
<b>Referências básicas</b>
ALVES, Vilmar dos Santos. <b>Estatística aplicada</b> . Cuiabá: Ed. UFMT, 2013. FONSECA, Jairo Simon da. <b>Curso de Estatística</b> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. <b>Fundamentos de matemática elementar</b> , Volume 1, 8. ed., São Paulo: Atual, 2004. MARTINS, Gilberto de Andrade. <b>Estatística geral e aplicada</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
<b>Referências complementares</b>
BRAULE, Ricardo. <b>Estatística Aplicada com Excel</b> . Rio de Janeiro: Campus, 2001. NOVAES, Diva Valério; COUTINHO, Célia de Queiroz e Silva. <b>Estatística para a educação profissional</b> . São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, J. <b>Matemática: ciência, linguagem e tecnologia</b> . V. 3. São Paulo: Scipione, 2011. ROGAWSKI, Jon. <b>Cálculo</b> . V. 1. Porto Alegre: Bookman, 2009. SHITSUKA, R. et al. <b>Matemática Fundamental para tecnologia</b> . 1.ed. São Paulo: Érica, 2009.

CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina</b>	Empreendedorismo	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária:</b> 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Compreender as características do empreendedor e dos aspectos do ato de empreender visando à identificação de técnicas de aproveitamento de oportunidades do mercado, a fim de proporcionar o desenvolvimento pessoal e social.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conceituar empreendedorismo e negócios;</li> <li>● Reconhecer as características e perfis empreendedores;</li> <li>● Desenvolver o potencial empreendedor através do autoconhecimento, considerando as virtudes e fragilidades pessoais;</li> <li>● Perceber da importância do empreendedor para o desenvolvimento regional e de toda a sociedade;</li> <li>● Ampliar o pensamento criativo e a flexibilidade;</li> <li>● Apontar os tipos de inovação e sua importância para empreender;</li> <li>● Estabelecer parâmetros para a criação e estruturação dos negócios;</li> <li>● Identificar elementos estratégicos de um negócio;</li> <li>● Conhecer as principais questões legais envolvidos na criação de negócios;</li> <li>● Discutir e analisar os casos de sucesso e fracassos no ato de empreender</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Perfil do empreendedor. Tipos de empreendedor. Negócios e Arranjos produtivos. Criatividade, flexibilidade e inovação. O processo empreendedor: Identificação de oportunidades; O plano de negócio; A busca de financiamento; A assessoria para o negócio. Questões legais de constituição de empresas. Recomendações ao empreendedor.		
<b>Referências básicas</b>		
DORNELAS, José Carlos Assis. <b>Empreendedorismo transformando ideias em negócios</b> . 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. DRUCKER, Peter Ferdinand. <b>Inovação e espírito empreendedor</b> . São Paulo: Pioneira, 2005. SANTOS, Renato Lima. & SOUZA, Lady Day Pereira. <b>Empreendedorismo</b> . UAB/UFMT: Cuiabá, 2013. VARELLA, João Marcos. <b>O desafio de empreender</b> . Rio de Janeiro: Campus, 2008.		
<b>Referências complementares</b>		
ALVES, Alexandre Rodrigues. <b>Empreendedorismo</b> . Recife: SECTMA-PE, 2009.		

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar o seu próprio negócio. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007

FERRAS, Paulo. **Second Live para empreendedores**. São Paulo: Novatec, 2007.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo**. Uma história sobre a essência da liderança. Rio de Janeiro: Sextane, 2007.

JOHNSON, Spencer. **Quem mexeu no meu queijo?**. Para jovens. São Paulo: Record, 2003.

PINCHOT, Gifford, PELLMAN, Ron. **Intra-empendedorismo na prática**: um guia de inovação nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SNELL, Scot A. **Novo cenário competitivo**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

## CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

<b>Disciplina</b>	Segurança, Meio Ambiente e Saúde	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>

### Objetivo geral

Compreender a importância da segurança no trabalho para prevenir danos a saúde, averiguando a forma de reduzir os impactos ambientais no desempenho da atividade profissional.

### Objetivos específicos

- Conhecer as Normas Regulamentadoras da área de Segurança do Trabalho;
- Compreender a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, sua finalidade e necessidade de implementação;
- Identificar as doenças ocupacionais relacionadas ao ambiente de trabalho para os profissionais de TI, bem como a prevenção delas;
- Conhecer os procedimentos de primeiros socorros necessários às vítimas de acidentes.
- Conhecer as Normas Regulamentadoras da área de Segurança do Trabalho;
- Compreender a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, sua finalidade e necessidade de implementação;
- Identificar as doenças ocupacionais relacionadas ao ambiente de trabalho para os profissionais de TI, bem como a prevenção delas;
- Conhecer os procedimentos de primeiros socorros necessários às vítimas de acidentes.
- Conceituar Meio Ambiente e Gerenciamento Ambiental;
- Analisar as etapas da relação Homem X Meio Ambiente;
- Contextualizar os impactos ambientais como produto da ação humana e suas consequências à vida;
- Compreender a importância da Gestão Ambiental Empresarial;

### Ementa

Acidentes de Trabalho; Benefícios acidentários; Teorias dos acidentes de trabalho; Equipamentos de proteção individual (EPI); Ruído industrial; Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA); Lesões por esforço repetitivo (LER); Prevenção de riscos à visão; Legislação e Normas Regulamentadoras; Primeiros Socorros; Gerenciamento Ambiental.

### Referências básicas

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2006.

COSTA, Antônio Tadeu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: Difusão, 2009.

GONÇALVES, E. A. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTR, 2003.

JUSPODIUM. **Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho**. São Paulo: Juspodium, 2009.

<b>Referências complementares</b>	
PAOLESCHI, Bruno. Cipa: <b>Guia prático de segurança do trabalho</b> . São Paulo: Érica, 2010. SALIBA, T. M. <b>Curso básico de segurança e higiene ocupacional</b> . 2. ed. São Paulo: Ltr, 2008. SENAI. <b>QSMS – Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde</b> . Porto Velho: SENAI, 2011. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. <b>Manual de legislação</b> . Atlas. 62. ed. São Paulo: Atlas, 2008. TAVARES, José da Cunha. <b>Noções de prevenção e controle de perdas em acidentes do Trabalho</b> . [S. l.]: Senca, 2004.	

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Gestão Tributária	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>Objetivo geral</b>		
Compreender os aspectos introdutórios da tributação no Brasil bem como as principais formas de tributação.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os conceitos básicos de tributos;</li> <li>• Identificar planejamento tributário e distinguir: Elisão, elusão e evasão tributária;</li> <li>• Definir a tributação de empresas no lucro real, lucro presumido e simples nacional.</li> <li>• Entender e calcular os tributos pelo regime Simples Nacional e introdução ao Lucro Presumido.</li> <li>• Calcular os tributos pelo Lucro Presumido e comparar os valores com o Simples Nacional.</li> </ul> Analisar o processo de escolha da melhor forma de tributação.		
<b>Ementa</b>		
Noções Iniciais sobre tributos. Planejamento tributário. Relação entre tributos e custos. Elisão, elusão e evasão fiscal. ICMS. Simples Nacional. Lucro Presumido. Lucro real.		
<b>Referências básicas</b>		
FABRETTI, Lúaudio Camargo. <b>Contabilidade Tributária</b> . São Paulo: Atlas, 2005. SANTOS, Francisco Rodrigues. <b>Gestão Tributária</b> . Cuiabá: Rede e-TEC, 2014. SILVA, Rômulo Albuquerque. <b>Curso Lucro Real e Presumido</b> . CRC PR. 2013. SILVA, Ana Lúcia Guimarães; TEIXEIRA, José Roberto Pimentel; MARTINS, Floriano José. <b>Simples Nacional</b> / Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social. – Brasília: ANFIP, 2012.		
<b>Referências complementares</b>		
BORGES, Humberto Bonavides. <b>Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS</b> . São Paulo: Atlas, 2006. CHAVES, Francisco Coutinho. <b>Planejamento Tributário na Prática</b> . São Paulo: Atlas, 2010. GRECO, Marco Aurelio. <b>Planejamento Tributário</b> . São Paulo: Dialética, 2004. ICHIHARADA, Y. <b>Direito tributário</b> . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2004. OLIVEIRA, Luiz Martins de; et. al. <b>Manual de Contabilidade Tributária</b> . São Paulo: Atlas, 2004.		

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Análise das Demonstrações Financeiras	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária: 40 h</b>
<b>Objetivo geral</b>		
Capacitar o aluno a compreender os principais métodos utilizados pela ciência contábil para		

analisar e tomar decisão tendo como base as Demonstrações Contábeis.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar e compreender os componentes das demonstrações contábeis.</li> <li>• Conceituar Análise das Demonstrações Contábeis.</li> <li>• Compreender e elaborar os cálculos da Análise Vertical e Horizontal.</li> <li>• Compreender, identificar e elaborar os cálculos dos Índices de Liquidez, Endividamento, Lucratividade, Rentabilidade e Atividade.</li> <li>• Compreender e elaborar os cálculos dos Métodos de Previsão de Falência.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Interpretação das demonstrações contábeis. Análise das demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal. Índices de liquidez. Índices de endividamento. Índices de lucratividade. Índices de atividade.	
<b>Referências básicas</b>	
BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, René Coppe. <b>Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais</b> . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010	
LOPES DE SÁ, Antônio. <b>Moderna análise de balanços ao alcance de todos: com referências relativas à reforma das sociedades por ações - lei 11.638/07</b> . 2. ed. rev. Atual. Curitiba: Juruá, 2008.	
MARION, José Carlos. <b>Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008	
MATARAZZO, Dante C. <b>Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial</b> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
<b>Referências complementares</b>	
ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S, Mark. <b>Contabilidade gerencial</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. <b>Revista Brasileira de Contabilidade</b> . Brasília/DF.	
CRUZ June Alisson W.; SCHIER, Carlos Ubiratan C. Schier; ANDRICH, Emir G. <b>Contabilidade introdutória - descomplicada - com atualização da lei 11.638/2007</b> . 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2009.	
FRANCO, Hilário. <b>Estrutura, análise e interpretação de balanços</b> . 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.	
IUDICÍBUS, Sérgio. <b>Análise de balanços</b> . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	

<b>CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b>		
<b>Disciplina</b>	Análise de Investimentos Financeiros	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	Carga horária: 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Analisar as vantagens e desvantagens das diferentes modalidades de investimentos financeiros.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as modalidades de investimentos financeiros.</li> <li>• Compreender os elementos essenciais para tomada de decisão em investimentos financeiros.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Modalidade de Investimentos Financeiros. Binômio risco-retorno. Valor Presente Líquido. Diversificação e Minimização de Riscos.		
<b>Referências básicas</b>		
ANDREZO, Andrea Fernandes. <b>Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais</b> . 2006.		

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Harbra, 1997.  
 HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.  
 ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Administração financeira**. McGraw Hill Brasil, 1995.

**Referências complementares**

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática**. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.  
 BREALEY, R. A. e MYERS, S. C., **Princípios de Finanças Empresariais**. 8. ed., Portugal, McGraw-Hill de Portugal, 2008.  
 CLEMENTE, A. et alli, **Projetos Empresariais e Públicos**. 3.ed. São Paulo, Atlas, 2008.  
 GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 2. ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.  
 HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.  
 PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO		
<b>Disciplina</b>	Fundamentos de Legislação Trabalhista	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	Carga horária: 40 h
<b>Objetivo geral</b>		
Empregar a legislação trabalhista as situações de contratação, execução e rescisão do contrato de trabalho.		
<b>Objetivos específicos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar as normas e lógicas jurídicas fundamentais do Direito do Trabalho;</li> <li>• Compreender os direitos individual, social e coletivo dos trabalhadores;</li> <li>• Categorizar as espécies de contrato de trabalho;</li> <li>• Interpretar o contrato de trabalho;</li> <li>• Verificar a relação de emprego e as obrigações decorrentes.</li> <li>• Conhecer a jornada de trabalho e suas especificidades.</li> <li>• Sistematizar os direitos e deveres trabalhistas;</li> <li>• Avaliar as relações trabalhistas.</li> </ul>		
<b>Ementa</b>		
Fundamentos do Direito do Trabalho. Legislação Básica Vigente. A CLT e a hierarquia das leis. Relações de trabalho e emprego. Contrato de trabalho, as alterações e sua rescisão. Normas especiais de trabalho. Portador de Necessidades Especiais; Atividade Insalubre e os Reflexos no Direito do Trabalho; Jornada de trabalho, duração e intervalos. Férias. Remunerações e benefícios. Estabilidade. O FGTS. Práticas discriminatórias.		
<b>Referências básicas</b>		
BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil</b> . Brasília, 2015. _____. Decreto-lei n.º 5.452/1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, 2015 NASCIMENTO, Amauri Mascaro, <b>Iniciação do Direito do Trabalho</b> . São Paulo: LTr, 2015. PEREIRA, Leone. <b>Direito do Trabalho – Ed. 5 - Col. Elementos do Direito</b> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. CREMONESI, André; DE OLIVEIRA MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes. <b>Direito do Trabalho - Vol. 3 - 2ª Fase - Col. OAB Nacional</b> . 2013.		
<b>Referências complementares</b>		
CARRION, Valentin. <b>Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho</b> . São Paulo: Saraiva,		

2018.  
 DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. Ed. 17. São Paulo: LTr. 2018.  
 DOWER, Nelson G. B.. **Instituições de Direito Público e Privado**. Ed. 15. São Paulo: Saraiva. 2017.  
 HOEPPNER, Marcos Garcia. **Legislação Trabalhista Aplicada**. Icone. 2003.  
 MARTINS, Sergio Pinto. **Comentários à CLT.** Ed. 19. São Paulo: Atlas, 2015.  
 POCHMANN, M. (Org.). **Relações de Trabalho e Padrões de Organização Sindical no Brasil** v. 1. São Paulo: LTR. 2003.  
 MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. Ed. 33. São Paulo: Saraiva, 2017.

## CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

<b>Disciplina</b>	Projetos Empresariais	
<b>Núcleo</b>	Profissionalizante	<b>Carga horária:</b> 40 h

### Objetivo geral

Assimilar os aspectos básicos, teóricos e práticos, dos processos de elaboração e execução de pequenos e médios projetos empresariais.

### Objetivos específicos

Assinalar os elementos preliminares de projetos empresariais.  
 Analisar processos de sistematização de dados e informações sobre projetos empresariais.  
 Apreender os aspectos básicos sobre dimensionamento e localização de projetos empresariais.  
 Apontar alguns aspectos sobre preços e a relação custo-volume-lucro de projetos empresariais.  
 Discutir aspectos elementares sobre financiamento de projetos empresariais.

### Ementa

Projetos empresariais: concepção e sistematização de dados e informações; dimensionamento e localização; considerações sobre preços e a relação custo – volume – lucro e financiamentos.

### Referências básicas

CASAROTTO FILHO, N. **Elaboração de Projetos Empresariais**: análise estratégica e estudo de viabilidade. São Paulo: Atlas, 2015.  
 DINSMORE, P. C. **Transformando Estratégias Empresariais em Resultados através da Gerência por Projetos**. São Paulo: Qualitymark, 2003.  
 KÜSTER, E.; KÜSTER, F. C. **Projetos Empresariais**: elaboração e análise de viabilidade. Curitiba: Juruá, 2013.  
 MACHADO, J. A. P. **Projetos Econômicos**: uma abordagem prática de elaboração. São Paulo: Nobel, 2002.

### Referências complementares

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.  
 CLEMENTE, A. (Org.). **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo, 1998.  
 GALVÊAS, E. **Aprendiz de empresário**: introdução à formação do dirigente de empresa. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científico, 1984.  
 OLIVEIRA, D. P. R. **Estratégia empresarial**: uma abordagem empreendedora. S. P.: Atlas, 1988.  
 SPÍNOLA, N. **Elaboração de Projetos**: teoria e prática. Salvador: Sebrae/Ucsal, 1993.  
 \_\_\_\_\_ **Projetos Empresariais**. São Paulo: Editora Ms, 2000.  
 UNIASSELVI. **Projetos Empresariais**. São Paulo: Editora Uniasselvi, 2012.  
 VASCONCELLOS, A. GOULART, P. **Análise e Projetos de Sistemas Empresariais**. São Paulo: Ltda/ Datamec, 1977.  
 VASCONCELOS, E. & HEMSLEY, J. R. **Estruturas das Organizações**: tradicionais, para inovação e matricial. São Paulo: Pioneira, 1986.

#### 1.6.5.2 Planos de Ensino

Os professores desenvolverão um plano de ensino por disciplina, envolvendo todos os eventos (aula, atividades complementares, exposição de vídeo, etc.) previstos nas disciplinas que ministrarão, a partir das concepções educacionais do IFRO, dos princípios estabelecidos neste projeto, das metodologias trabalhadas na preparação para EaD e do ROA do IFRO. O planejamento inclui a modelagem, que consiste na previsão e na preparação de instrumentais e atividades a serem aplicadas.

Além de conter a previsão e o detalhamento das atividades de ensino e aprendizagem, o plano de ensino orienta a utilização do AVA. Todos os planos deverão ser entregues, de forma antecipada, no início das disciplinas, conforme agendamento da Coordenação do Curso Técnico em Finanças. O plano de ensino por disciplina será construído pelos professores, com orientação da Diretoria de Ensino, considerando todos os instrumentos utilizados no AVA, conforme determinações do ROA e outros indicadores adotados pelo campus.

### 1.7. Da Metodologia

Em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, especialmente o art. 6º, a proposta metodológica deve primar pela articulação entre a formação geral e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante.

Ao abordar a dimensão curricular e metodológica dos cursos ofertados na modalidade de educação a distância, Preti (2017) indaga sobre a constituição curricular da EaD: “Qual o caminho a ser escolhido para que sua compreensão do mundo e a direção das práticas pedagógicas deem sentido ao seu ato educativo, ao projeto no qual está inserido e que auxiliem sua autoformação?”. Ele propõe que a constituição curricular privilegie as experiências, ou seja, que a realidade e a prática social sejam consideradas, com o objetivo de construir novos conceitos num constante processo de retorno à prática, de forma a transformá-la. Dessa forma, o autor sugere que a

organização curricular da EaD se pautou no método dialético.

O desenvolvimento do currículo buscará metodologias de ensino cujas ações promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências e objetivos do curso, o que torna necessário estabelecer uma relação intensiva entre teoria e prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão.

Para efetivar um processo educativo que atenda a esses propósitos em curto prazo, com prevalência da justa qualidade e da conservação do currículo articulado, inclusive com as demandas das tecnologias, o *Campus Vilhena* oferecerá a educação a distância na perspectiva da intensidade da relação entre conceito e prática.

Nos termos do art. 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a educação a distância caracteriza-se como mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Promove ainda, a amplificação de habilidades e competências de seletividade, criatividade e proatividade, pois:

[...] a educação a distância com a incorporação das tecnologias da informação e comunicação flexibiliza as relações entre tempo e espaço, propicia interação entre pessoas e destas com as informações disponibilizadas e com as tecnologias em uso, amplia o acesso às informações hipermidiáticas continuamente atualizadas, emprega mecanismos de busca e seleção de informações, permite o registro de processos e produtos, a recuperação, articulação e reformulação da informação, favorece a mediação pedagógica em processos síncronos e assíncronos, cria espaços de representação e produção de conhecimento (ALMEIDA, 2005, p. 1).

Esses recursos são plenamente confirmados com a utilização do AVA, que expande a prática educacional como a ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber. O uso dos recursos de comunicação, providos pelas diversas mídias (impressa, em vídeo ou digital), potencializa o processo de ensino-aprendizagem, enriquecendo e ampliando a recepção sensorial do aluno, para assim facilitar a apreensão dos conteúdos e permitir a

construção do conhecimento, em espaços de tempo e lugares mais adequados às exigências de disponibilidade do educando.

No *Campus Vilhena*, a metodologia dos cursos é desenvolvida no modelo presencial-virtual, baseado na educação interativa, significativa e flexível com uso de recursos tecnológicos como suporte.

#### 1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O processo educativo consiste na perspectiva sociointeracionista e na autoaprendizagem: a partir das orientações em momento presencial, o aluno conduz os momentos de aplicação de conceitos e experiências na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem e aprendizagens autônomas.

O AVA é criado na plataforma *Moodle* e destina-se aos cursos a distância, às atividades complementares e de extensão. Possui, como suporte, o acompanhamento dos professores.

A plataforma agrupa as ferramentas de interação e realização das atividades de percurso, tais como fóruns, tarefas, *chats*, questionários e todas as demais, disponíveis no AVA, propostas para o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiências práticas ao longo do processo de formação. Somam-se ao processo os recursos pedagógicos necessários ao ensino a distância – vídeos, animações, simulações, *links*, atividades interativas com professores, tutores e alunos, biblioteca virtual e conteúdo da web – os quais possibilitam aos cursistas desenvolver a autonomia da aprendizagem, facilitar a busca por informações e construir conhecimentos.

O ensino é pensado de modo a contextualizar o aprendizado, formando um egresso crítico ante questões sociais e que seja capaz de inferir no desenvolvimento tecnológico da profissão em constante mudança. O construto de uma formação contextualizada necessita de um planejamento e acompanhamento pedagógico. É neste sentido que a equipe técnico-pedagógica promove encontros pedagógicos para planejamentos coletivos. E, semestralmente, capacitação da equipe técnica, docentes e egressos quanto à utilização do AVA.

Dessa forma, objetiva uma sólida formação com o propósito de formar um profissional capaz de atender às necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Portanto, a modalidade de educação a distância é assim composta:

a) **Momentos presenciais:** durante as aulas os professores expõem e discutem os conteúdos das disciplinas, com o suporte do material didático. Nesse processo, os docentes conduzem e orientam os alunos, presencial e a distância, para eventuais esclarecimentos complementares. Haverá, ainda, uma avaliação presencial.

b) **Estudos a distância:** os estudos a distância apoiam-se em atividades complementares – as atividades de percurso.

c) **Atividades de percurso:** são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina, as quais visam à complementação dos estudos.

Deste modo, o Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio, na modalidade EaD, foi implantado pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte e estendeu-se aos demais *Campi* do IFRO, bem como a outras regiões ou instituições, conforme foram estabelecidos acordos ou parcerias. O currículo do curso caracteriza-se como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar. Qualquer alteração deverá ser feita sempre que forem verificadas, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagens entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais, de acordo com o previsto no Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO.

Com base no itinerário formativo, caberá a cada professor definir, no plano de ensino de sua disciplina, a sequência das possibilidades educativas e as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento do processo educativo. É fundamental ter em vista o ideário metodológico: a articulação entre o exercício profissional e a cidadania.

Mediante o exposto, é prioritário estabelecer a relação entre teoria e prática. O processo de ensino e aprendizagem deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes,

análises) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o alternativo trabalho de conclusão de curso, pois serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação.

### 1.7.2. Transversalidade no currículo

Para falar de transversalidade no currículo é importante antes falar de temas transversais com perspectiva para aqueles que nortearam as discussões nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, os Direitos Humanos, a Saúde, a Orientação Sexual, a Diversidade, o Trabalho e o Consumo são alguns dos temas que devem ser incorporados ao currículo de um curso.

Nem todos os temas acima mencionados puderam ser incorporados de forma transversal nas disciplinas do curso em questão. Neste caso, a comissão optou por incluir os temas mais urgentes entre os conteúdos de algumas disciplinas-chaves.

Os demais temas de importância social, cultural e humanística deverão permear o currículo deste curso por intermédio da participação dos discentes em seminários, cursos, minicursos, debates, palestra, projetos de pesquisa e extensão e em outros eventos.

Os temas transversais tratados ao longo do curso, depois de receberem o devido e necessário tratamento pedagógico, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

### 1.7.3. Prática como componente curricular

No Curso Técnico em Finanças, a prática como componente curricular é condição primordial para a formação do egresso, tendo em vista as especificidades previstas nos objetivos deste projeto.

Além das horas de prática como instrumento de testagem, de fixação de conteúdos e de avaliação previstas na maioria das disciplinas, a matriz curricular contempla disciplinas destinadas quase que exclusivamente para o desenvolvimento de habilidades práticas por parte do egresso.

#### 1.7.4. Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico ocorrerão concomitante ao curso. Não será restrita a um simples diagnóstico, mas acompanhada de estratégias imediatas de nivelamento.

Na falta de instrumento diagnóstico, professores e coordenação de curso, em conjunto com psicopedagoga, supervisão de curso e o técnico de apoio ao AVA deverão ser capazes de detectar, atender e, se necessário, encaminhar os alunos a um atendimento especializado quando esses portarem algum desnível que mereça atenção individualizada.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno com relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo, ensinando-o técnicas e métodos diversos para aprender.

O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos Núcleos Especializados, a exemplo do NAPNE que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de dar o acompanhamento pedagógico ao discente.

#### 1.7.5. Flexibilização curricular

A organização curricular para a Habilitação de Técnico em Finanças está estruturada em módulos para fomentar o desenvolvimento de capacidades, em ambientes de ensino que estimulam a busca de soluções e favoreçam ao aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem.

As disciplinas de cada módulo estão organizadas de modo a favorecer a flexibilização e a integração de disciplinas de formação geral com as de formação profissional, de forma inter e transdisciplinar, orientam a construção de um aprendizado para aplicação de bases conceituais gerais com fundamentos específicos da área profissional.

#### 1.7.6 Certificação de conclusão de curso e certificação intermediária

Será possível certificação intermediária para possibilitar o aproveitamento das disciplinas como itinerário formativo da parte profissional, a partir da conclusão do segundo módulo, levando em consideração as ocupações previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho (MT).

De acordo com Art. 29 da Portaria n. 817, de 13 de agosto de 2015:

Art. 29. Os cursos técnicos ofertados pela Bolsa-Formação admitem certificação intermediária.

Parágrafo único. Uma certificação intermediária, oriunda da estrutura de um curso técnico, deverá ser equivalente a um curso FIC ou a uma ocupação prevista na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. (2018)

O Curso Técnico em Finanças Concomitante MedioTec EaD, observando-se o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para diplomação, terá certificação intermediária associada à ocupação do código 351315 (Agente de recrutamento e seleção) Auxiliar de pessoal, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas dos respectivos sistemas de ensino, conformem estabelecem os Art. 36 e 39 da LDBEN nº 9394/96.

A conclusão do **Módulo II permitirá ao aluno à Certificado de Qualificação Profissional em Auxiliar Financeiro**, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016, p. 86). Para emissão da certificação intermediária, o aluno deverá requerê-la por meio de documento escrito junto à CRA.

Após a integralização dos componentes curriculares do curso, será conferido ao egresso o diploma de Técnico em Finanças. Serão concedidos os

diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas no curso, com aproveitamento – conforme determinam o art. 7º do Decreto nº 5.154/2004, o art. 38 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012 e o Regulamento de Emissão de Certificados e Diplomas do IFRO (2012).

Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em Finanças, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula e o código autenticador do SISTEC. Os históricos escolares que acompanham os diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

A emissão de Diploma de Conclusão de Curso e a Certificação Intermediária, após solicitação, obedecerão aos prazos previstos na Resolução N. 36/CONSUP/IFRO de 05 de nov. de 2012.

#### 1.7.7 Critérios de aproveitamento de estudos e de certificação de conhecimentos

O aproveitamento consiste na prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em um ou mais componentes curriculares, com resultado suficiente para aprovação atestada por instituições de ensino reconhecidas.

O aproveitamento de estudos pode acontecer de acordo com a oferta dos cursos, de forma parcial ou total, com atenção aos requisitos de integralização dos conteúdos e da carga horária, conforme as orientações contidas no ROA do IFRO.

A Certificação de Conhecimentos consiste na validação de saberes adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho ou ambientes de simulação, a fim de alcançar dispensa de disciplina(s) integrante(s) da matriz curricular de cursos técnicos de nível médio e de graduação, nos termos deste Regulamento, por meio de aprovação em avaliação a ser aplicada pelo IFRO.

A instituição de ensino promoverá a certificação de conhecimentos e experiências anteriores diretamente relacionados ao perfil do egresso, conforme núcleos diversificado e profissional da matriz curricular do curso técnico de nível médio e núcleos de formação dos cursos de graduação, mediante análise documental e avaliação conduzida por Banca Examinadora Especial.

Pode solicitar Certificação de Conhecimentos o estudante devidamente matriculado em curso técnico de nível médio ou de graduação ofertado pelo IFRO, atendendo os requisitos a Resolução vigente que trata do Regulamento de Certificação de Conhecimentos para Alcançar Dispensa de Disciplina.

### **1.8. Prática Profissional Supervisionada**

A Prática Profissional Supervisionada no Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio tem caráter obrigatório e consiste em um dos meios para a efetivação do curso, por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação.

É um procedimento didático-pedagógico, que contextualiza os saberes apreendidos, relaciona teoria e prática e viabiliza ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico profissional, atrelado ao aperfeiçoamento contínuo da dimensão humana dos discentes.

A Prática Profissional Supervisionada deve ser iniciada quando o aluno houver concluído 25% do curso e encerrar-se até o prazo final de integralização curricular; o tempo de realização da prática será acrescido à carga horária de formação do aluno, nos documentos de conclusão do curso.

Este projeto prevê a possibilidade de realizar as seguintes práticas profissionais: estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso (TCC), capacitação profissional em escritório modelo, aluno empresário ou trabalhador ou atuação em programas de aprendizagem, como o Jovem Aprendiz. Essa variedade de práticas profissionais amplia, significativamente, as chances de os discentes concluírem o curso com o devido desenvolvimento de habilidades e competências na área financeira.

a) **Estágio supervisionado:** as atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O estágio supervisionado atende à Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, que prevê assinatura de termo de compromisso tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso – neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa nº 07 de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento. As formas de realização do estágio devem ser definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Orientação de Estágio, aprovados Resolução nº 79 do CONSUP/IFRO, de 27 de dezembro de 2016. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas no Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do IFRO.

b) **Trabalho de conclusão de curso (TCC):** o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas ou os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o curso; consiste numa alternativa prática a ser desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno apresentará um projeto de pesquisa voltado à resolução de um problema de pesquisa aplicada na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, o aluno deverá desenvolver o TCC, versando sobre uma das possíveis resoluções do problema selecionado para a pesquisa, pautado por um adequado embasamento teórico sob a supervisão e orientação de seu professor orientador. A apresentação do TCC, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

c) **Escritório modelo:** corresponde aos espaços profissionais, com adequações estruturais em termos de equipamentos e recursos humanos,

voltados para viabilizar a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, mediante a disponibilização de horários específicos para prestação serviços técnicos à comunidade interessada. O aluno apresentará um projeto de atividades práticas, característico da área financeira ou de áreas afins, a serem desenvolvidas no escritório modelo. As ações podem ser aplicadas ou aplicáveis, sob a supervisão e orientação de um professor da área; as atividades programadas contemplarão, no mínimo, 100 horas de duração.

d) **Empresário ou trabalhador:** os estudantes empresários ou trabalhadores vinculados ao mundo do trabalho, cujas atividades relacionam-se com algumas das áreas temáticas do curso, poderão, mediante apresentação de, respectivamente, contrato social da empresa ou contrato formal de trabalho, requerer aproveitamento das atividades desenvolvidas no trabalho para contemplar a carga horária de Prática Profissional Supervisionada equivalente. Para isso, deverão ser realizadas todas as etapas conforme as normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

e) **Programas de aprendizagem (como Jovem Aprendiz):** os estudantes podem realizar a prática profissional por meio da atuação em programas de aprendizagem, tais como Jovem Aprendiz. É necessário apresentar o contrato de aprendizagem, cópia autenticada das partes da Carteira de Trabalho e Previdência Social em que constem a identificação pessoal e o vínculo empregatício e, ainda, documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinado e carimbado por sua chefia imediata. Deverão ser realizadas todas as etapas, conforme normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

### **1.9. Atividades Complementares**

Aos alunos do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio, haverá a oportunidade de participar de diversas atividades extracurriculares do curso, não sendo as mesmas de caráter obrigatório, tais como:

- a) Eventos científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;
- b) Programas de iniciação científica, que reforcem os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- c) Atividades de extensão que envolvam, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) Monitorias que realcem os méritos acadêmicos, dinamizem os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizem com agilidade o desenvolvimento de projetos;
- e) Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) Visitas técnicas, também em sua função de complementaridade da formação do educando, que busquem na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, em que se verifiquem relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem essa observação direta do papel dos trabalhadores no mercado de trabalho.

### **1.11 Apoio ao Discente**

O apoio ao discente é prestado de diversas formas de acordo com as necessidades de cada aluno. Neste curso EaD o aluno contará com uma equipe específica para atendê-lo, a saber:

- Coordenação de Polo: coordenar e acompanhar as atividades da equipe no Polo; acompanhar e gerenciar a entrega dos materiais no Polo; relatar a situação do polo aos coordenadores-gerais ou coordenadores de cursos, programas, projetos, planos e outros profissionais aos quais estejam subordinados; acompanhar as atividades dos cursistas e equipe presencial no Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- Coordenação de Curso: coordenar e acompanhar o curso sob sua responsabilidade; realizar a gestão acadêmica das turmas do mesmo

curso ou cursos; coordenar a elaboração dos projetos pedagógicos de curso; realizar a gestão acadêmica das turmas; supervisionar o conteúdo dos materiais didáticos a serem utilizados nas aulas ou ambiente virtual, desenvolvidos ou selecionados pelos professores.

- Equipe pedagógica: revisar pedagogicamente os instrumentais enviados pelos docentes e coordenações de curso; analisar pedagogicamente os instrumentais a fim de verificar e apontar alternativas para as aulas, seguindo a dinâmica da EaD; revisar os Planos de Ensino dos cursos; supervisionar as atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos cursos de EaD; prestar serviços de atendimento e apoio acadêmico às pessoas com deficiência; auxiliar no acompanhamento pedagógico de Estágio ou TCC, com registros das orientações feitas; fazer o acompanhamento pedagógico de Estágio junto à Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade, com registros das orientações feitas; executar atividades de acompanhamento de estudos e pesquisas sobre demanda de estágio e emprego.
- Psicopedagogo: acompanhar o desenvolvimento do trabalho docente; produzir material de apoio pedagógico; observar o desempenho acadêmico dos discentes; coordenar projetos e atividades de recuperação da aprendizagem; administrar conflitos disciplinares entre professores e alunos; intervir na aplicação de medidas disciplinares; interpretar as relações que possibilitam ou impossibilitam a emergência do processo de ensino aprendizagem.
- Programador web: aprimorar os sistemas acadêmicos dos cursos EAD; desenvolver sistemas para gerenciamento de cursos EAD; utilizar ferramentas de desenvolvimento de sistemas para construir soluções que auxiliem no processo de construção de interfaces e aplicativos; realizar a manutenção de sítios e portais na internet e intranet, alimentando-os com conteúdos em multimídia; analisar ideias para aperfeiçoar os processos da EAD.
- Apoio acadêmico: executar serviços de CRA como registros dos alunos nos Sistemas Acadêmicos do IFRO, matrícula, boletins, certificados, diplomas e outros documentos oficiais relativos aos alunos; informar e

auxiliar quanto à assistência financeira ao educando por meio de auxílio transporte.

Para os estudantes, que tiverem dúvidas, reclamações e sugestões, podem recorrer, também, à Ouvidoria no portal do IFRO. Nesse caso, serão atendidos pelos sistemas de comunicação eletrônica.

## **1.12 Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso**

A avaliação do curso atende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas. É realizada de forma processual no decorrer das decisões e ações curriculares, caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos no processo educativo do Curso.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio, na modalidade a Distância por meio de avaliação docente, feita pelos alunos, reuniões de colegiado de curso, acompanhamento do rendimento, permanência e êxito dos estudantes, identifica os pontos fortes e fracos do IFRO, o que permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, para que, ao final do processo, ocorra a produção e análise de relatórios conclusivos. Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica.

### **1.12.1. Atendimento Extraclasse**

As aulas do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio – Modalidade a Distância ocorrem presencialmente uma vez por semana. Todo o atendimento é feito por meio do AVA, inclusive agendamento de atendimento

presencial individual de acordo com cada necessidade identificada ou através de solicitação do aluno ou encaminhamento do docente.

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo coordenador de curso, pelos professores, pela psicopedagoga ou por um dos membros de apoio ao discente de acordo com a especificidade de cada caso.

### 1.12.2. Atendimento Psicopedagógico

O aluno do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio Modalidade EaD pelo programa MedioTec tem à disposição um profissional psicopedagogo que acompanha o desenvolvimento do trabalho docente, elabora textos de orientação, produz material de apoio pedagógico e observa/acompanha o desempenho acadêmico dos discentes. Quando necessário, coordena projetos e atividades de recuperação da aprendizagem. Nas aulas presenciais e, inclusive no Ambiente Virtual de Aprendizagem, está atento para administrar conflitos disciplinares entre professores e alunos. Além disso, cabe a esse profissional a interpretação das relações que possibilitem ou impossibilitem a emergência do processo de ensino aprendizagem. Caso haja necessidade, poderá aplicar medidas disciplinares.

### 1.12.3. Estratégias de Interdisciplinaridade

As estratégias de interdisciplinaridade contemplam a pluralidade de habilidades e conhecimentos teóricos e práticos para o exercício da profissão. Toda a organização curricular deve estar fundamentada em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Entre as estratégias de interdisciplinaridade que compõem esta proposta estão:

- A própria dinâmica de organização pedagógica das aulas;
- Os procedimentos teóricos, práticos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas.

Dessa forma, o conhecimento será concebido como unidade na formação, superando as divisões entre disciplinas e entre teoria e prática, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos e que todos estão veiculados aos quatro pilares da educação, uma vez que esses são indissociáveis.

### **1.13. Atividades de tutoria**

As atividades de tutoria serão realizadas através da plataforma Moodle. Este Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) irá fornecer toda a estrutura tecnológica para o desenvolvimento das aulas. No AVA o docente disponibilizará todo o material referente às aulas, arquivos de todos os formatos, vídeos, hiperlinks, atividades, questionário, fóruns, chats, entre outros.

As atividades EaD serão realizadas pela plataforma. Nela o docente poderá disponibilizar questionários, fórum de discussões e fórum de dúvidas. O questionário possibilita ao docente produzir provas objetivas ou dissertativas para que o aluno responda diretamente no ambiente virtual, isso por consequência diminui significativamente o número de papel impresso, produzindo economia e apoio ao meio ambiente.

No AVA, toda a equipe multidisciplinar poderá prestar atividade de tutoria aos discentes e aos docentes. Inclusive é o espaço para que a coordenação de curso acompanhe o trabalho de discentes e docentes.

### **1.12 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino e aprendizagem**

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores e sala de coordenação. Conta, também, com cinco (5) laboratórios de informática, sendo

que um desses laboratórios é disponibilizado às aulas com enfoque em hardware, com computadores e equipamentos para serem montados e desmontados, visando à prática na manutenção de computadores.

É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia *online*, demais banco de dados e outros) na elaboração e apresentação de um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) A comunicação por e-mail, muito utilizada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do

escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

d) Ferramentas CASE que auxiliam os alunos no desenvolvimento de softwares durante as aulas práticas do curso;

e) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

f) Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino.

#### 1.12.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O aluno contará com Ambiente Virtual de Aprendizagem, por meio do qual serão viabilizadas atividades de ensino-aprendizagem, com acesso aos materiais didático-pedagógicos, às ferramentas assíncronas e síncronas, às mídias educacionais, além das ferramentas de comunicação que propiciam as inter-relações sociais. Almeida (2003, p. 331) afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é oferecer recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras ações relacionadas ao curso; é uma ferramenta acessada por meio de senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem.

O AVA do Curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio auxilia no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio – como fóruns, chats, envio de tarefas, glossário, quiz, atividades off-line, vídeos e links.

O AVA do *Campus* Vilhena é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização, e disponibiliza, ainda, os serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos.

As principais estratégias a serem empregadas no curso envolvem o uso de vídeos, teleaulas, material impresso, correio eletrônico e do AVA. No que se refere às ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, serão utilizados:

- a) Fórum: de tópico único, com questão relevante para a compreensão do(s) tema(s) tratado(s), permite a discussão e o aprofundamento do conteúdo de forma coletiva;
- b) Quiz: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha;
- c) Envio de tarefas: caracteriza-se pelo envio de um arquivo ao ambiente, que pode ser texto, planilha, apresentação, vídeo, imagem, etc.;
- d) Glossário: possibilita a pesquisa e a construção do significado de diversos termos desconhecidos, de cunho mais específico ou palavras técnicas;
- e) Lição: atividade constituída de textos e questionários;
- f) Atividade off-line: avaliação presencial realizada ao final da disciplina (obrigatória).

#### 1.12.2 Critérios para modelagem do AVA

O curso conta com um Profissional de apoio Web que, a partir do sistema de gestão de ensino e aprendizagem via Learning Management System (LMS), fará o desenvolvimento de ambientes virtuais para postagens, instruções e arquivamentos. Os instrumentais para esses ambientes garantirão indicadores de qualidade. Para tanto, conterão, no mínimo:

- a) Postagem de texto de apresentação pessoal/profissional do professor para cada disciplina;

- b) Disponibilização do plano de ensino no AVA, com opção para *download*;
- c) Apresentação de, pelo menos, dois instrumentos de avaliação por disciplina, para aferição de notas e complementação do controle do processo;
- d) Link do currículo do professor na Plataforma Lattes;
- e) Foto do professor;
- f) Indicação das mídias e fontes de pesquisa previstas para estudo: textos em PDF, links de fontes de pesquisa on-line, vídeos, MP3, arquivos flash, etc.).

#### 1.12.2 Sistema Acadêmico-Administrativo

O Sistema Acadêmico-Administrativo auxiliará na gestão acadêmica de matrículas, lançamento de notas e vinculação de professores e tutores, norteando os processos acadêmicos e administrativos, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão do ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

A equipe do curso utilizará a estrutura descrita nos itens 5 e 6 deste projeto conforme sua autonomia e de acordo com o Decreto nº 9057/2017, atendendo aos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007), bem como na execução dos Cursos Técnicos de Nível Médio na mesma modalidade.

#### 1.13 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem do Curso

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade.

A estrutura proposta observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno; contempla uma avaliação escrita presencial e atividades de percurso, com a

utilização do AVA. As atividades de percurso são avaliações (fórum, tarefa, questionário e outras estratégias) indicadas pelos professores, postadas no ambiente e desenvolvidas durante a disciplina, com vistas ao enriquecimento e à integralização dos estudos.

Os percentuais da avaliação e das atividades de percurso estão assim distribuídos na composição da nota final em cada disciplina: as atividades de percurso, no AVA, correspondem a 40% da nota final; já a avaliação escrita presencial corresponde a 60%.

O processo avaliativo ainda prevê a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Tais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, assim como as orientações relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação.

## **DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE**

A equipe de professores que ministrarão as disciplinas do curso será composta pelos docentes do quadro de servidores do *Campus* Vilhena do IFRO e na indisponibilidade destes, por profissionais da comunidade externa formados na área de atuação da disciplina.

Os docentes que atuarão no curso serão selecionados por edital. A contratação será realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do edital e necessidades de atuação nas disciplinas.

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

**Quadro 13 – Requisitos de formação mínima dos profissionais**

<b>Nº</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Formação mínima exigida</b>
1	Ambientação para EaD	Graduação em qualquer área de formação apresentada neste quadro ou Pedagogia

2	Português Instrumental	Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa
3	Ética Profissional e Cidadania	Graduação em Sociologia e/ou Filosofia ou Direito
4	Introdução à Informática	Graduação em Informática
5	Contabilidade Geral	Graduação em Contabilidade
6	Estatística Aplicada	Licenciatura em Matemática/Estatística
7	Fundamentos de Economia	Graduação em Economia ou Contabilidade
8	Fundamentos de Administração	Graduação em Administração
9	Direito e Legislação Comercial	Graduação em Direito ou Contabilidade
10	Matemática Financeira Aplicada	Licenciatura em Matemática/Economia
11	Fundamentos de Direito Tributário	Graduação em Direito ou Contabilidade
12	Análise de Demonstrações Financeiras	Graduação em Contabilidade/Economia
13	Contabilidade de Custos	Graduação em Contabilidade
14	Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança	Graduação em Administração/Contabilidade
15	Gestão Tributária	Graduação em Contabilidade /Administração/Economia
16	Análise de Investimentos Financeiros	Graduação em Economia/Contabilidade
17	Planejamento Financeiro	Graduação em Administração ou Economia ou Contabilidade
18	Tópicos de Economia Monetária	Graduação em Economia ou Contabilidade
19	Empreendedorismo	Graduação em Administração
20	Orientação para Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em qualquer área de formação apresentada neste quadro ou Pedagogia
21	Projetos Empresariais	Graduação em Contabilidade/Economia/Administração
22	Fundamentos de Legislação Trabalhista	Graduação em Direito ou Contabilidade
23	Segurança, Meio Ambiente e Saúde	Graduação em Contabilidade /Administração/Economia

## 2.1 Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo composto por todos os professores do curso, pedagogos, Diretor de Ensino, Coordenador do Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos

e os demais servidores que atuam diretamente com o atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

As competências e a forma de funcionamento deste Conselho estão previstas em regulamento próprio.

## 2.2 Da Coordenação do Curso

A coordenação de curso tem um papel fundamental no êxito dos alunos. Esta ao acompanhar o curso sob sua responsabilidade, pode identificar pontos fortes e fracos, e, assim, propor mudanças específicas para que o objetivo principal seja alcançado.

Para o Curso Técnico em Finanças Concomitante MedioTec Modalidade EaD, a Coordenação deve ser ocupada por alguém com Certificado de Conclusão de Curso Superior em: Certificado de Conclusão de Curso Superior em Administração ou Ciências Contábeis ou Economia ou Matemática ou Gestão Financeira, devidamente reconhecido pelo MEC.

### 2.2.1 Identificação do Coordenador do Curso

A Coordenação do curso será exercida pela professora Telma Ferreira da Silva Regis, SIAPE 1914653, por meio de seleção pública simplificada, edital N. 54/2017/VLH - CGAB/IFRO, de 15 de agosto de 2017.

### 2.2.2 Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Quadro 14 - Titulação da Coordenação do Curso

ANO DE INÍCIO INTEGRALIZAÇÃO	NÍVEL	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
1994-1997	Ensino Médio	Técnico em Contabilidade	EEEFM Dr. Júlio Guerra
1997-2000	Superior	Licenciatura Plena em Matemática	Universidade Federal de Rondônia – UNIR
2007-2008	<i>Latu Sensu</i>	Especialização	Universidade Federal

		em Educação Matemática	de Rondônia – UNIR
2013-2015	<i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional em Matemática	Universidade Federal de Rondônia – UNIR e SBM – Sociedade Brasileira de Matemática.

### 2.3 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Quadro 15 - Regime de trabalho do coordenador do curso

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE HORAS/SEMANA
Atendimento presencial	5
Atendimento EaD	3
Atividades Administrativas	2

### 2.4. Regime de Trabalho do Corpo Docente

O regime de trabalho do Corpo Docente do Curso é igual para todos de acordo com a carga horária de cada Disciplina. Como o curso é EaD, apenas 20% da carga horária é presencial, nestes estão inclusas as aulas e avaliações presenciais. Nos 80% EaD, cada docente atenderá os alunos via Ambiente Virtual de Aprendizagem, seja por dúvidas, correção e avaliação de atividades EaD ou lançando frequências, entre outras atividades EaD que surgirem.

Quadro 16 - Regime de Trabalho do Corpo Docente

Nº	Disciplina	Nome do Professor	CH	RT <sup>3</sup>
1	Ambientação para EaD	Vanuza de Paula Siqueira	40h	DE
2	Português Instrumental	Vanuza de Paula Siqueira	60h	DE
3	Introdução à Informática	Douglas Legramante	40h	DE
4	Fundamentos de Administração	Bruno Fernando Santos Kasper	40h	Externo*
5	Fundamentos de Economia	Bruno Fernando Santos Kasper	40h	Externo
6	Direito e Legislação Comercial	Alex Tavares de Almeida	40h	Externo

<sup>3</sup> Não havendo docentes efetivos com carga horária ou formação específica para ministrar as disciplinas, são contratados docentes externos por meio de Seleção Pública Simplificada, o que não acarreta em vínculo empregatício. De acordo com a necessidade, as contratações serão feitas semestralmente.

7	Ética Profissional e Cidadania	Alex Tavares de Almeida	40h	Externo
8	Matemática Financeira Aplicada	Marcos Pinheiro Matos	60h	DE
9	Contabilidade Geral	Silvia Lopes de Oliveira	40h	Externo
10	Contabilidade de Custos	Silvia Lopes de Oliveira	40h	Externo
11	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Alex Tavares de Almeida	40h	Externo
12	Planejamento Financeiro	Dirce Ivone Orth	40h	Externo
13	Fundamentos de Direito Tributário	Alex Tavares de Almeida	40h	Externo
14	Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança	Silvia Lopes de Oliveira	40h	Externo
15	Tópicos de Economia Monetária	Silvia Lopes de Oliveira	40h	Externo
16	Estatística Aplicada		40h	
17	Empreendedorismo		40h	
18	Segurança, Meio Ambiente e Saúde		40h	
19	Gestão Tributária		40h	
20	Análise das Demonstrações Financeiras		40h	
21	Análise de Investimento Financeiro		40h	
22	Fundamentos de Legislação Trabalhista		40h	
23	Projetos Empresariais		40h	

\*Tabela 16: Professores externos contratados conforme Edital de seleção 65/2017/VLH e 92/2017/VLH

## 2.5 Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso Técnico, no âmbito de cada *campus*, é um órgão consultivo e deliberativo, dentro de suas competências e conforme Regimento Geral, Regimento Interno e regulamento específico, que poderá deliberar sobre assuntos relativos ao ensino e à aprendizagem no âmbito do curso. O colegiado é composto pelos seguintes membros:

- a) Coordenador do Curso;
- b) Todos os docentes em exercício no Curso;
- c) Um discente regular do Curso, escolhido entre seus pares para um mandato regular de um ano.

## DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

### 3.1. Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral

O *Campus* dispõe de espaço coletivo para os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, não existindo espaço individual em forma de gabinetes, de tal forma que deverá providenciar espaços com as especificações seguintes:

Quadro 147 - Descrição de gabinetes para docentes

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	4m <sup>2</sup> (no mínimo)
Mesa(s) de reunião:	2 (8 lugares)
Mesas(s)	2
Cadeira(s):	19
Cabines individuais:	5
Armário(s) e arquivo(s):	11 armários com 8 portas individuais cada para os docentes guardar material e um armário coletivo de material de expediente. Os docentes contam ainda com armários nas salas de aula.
Computador(es):	5
Impressora(a):	Coletiva

### 3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos

O coordenador de Curso Técnico do programa MedioTec possui espaço de trabalho onde desenvolve suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos alunos.

Quadro 18 - Espaço de trabalho destinado para as coordenações de cursos

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	20m <sup>2</sup>
Mesa(s):	5
Cadeira(s):	10
Armário(s) e arquivo(s):	3
Computador(es):	5
Impressora(a):	Coletiva

### 3.3. Sala de professores

O *Campus* dispõe de espaço coletivo para os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, não existindo espaço individual em forma de gabinetes, mas 5 cabines. Possui ainda duas mesas de reunião, uma impressora, um ramal telefônico, sofá para uso coletivo e armários individuais para cada professor.

### **3.4 Salas de aula**

O *Campus* dispõe de ambientes necessários ao bom desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, adequados ao acesso, à permanência e à continuidade dos estudos do aluno na instituição.

As salas de aula da EaD possuem boa iluminação, refrigeração e baixo nível de ruído. Além disso, as salas estão estruturadas com carteiras escolares; uma mesa orgânica com gavetas; uma TV ou projetor multimídia; uma poltrona giratória com braços; um quadro branco. Se necessária utilização de teleaulas, o *Campus* já conta com uma sala de aula específica da EaD com condições técnicas adequadas à recepção das aulas e à transmissão dos questionamentos dos alunos via internet.

### **3.5 Acesso dos Alunos à Equipamentos de Informática**

O IFRO coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, os Laboratórios de Informática, especificados em um dos itens anteriores, onde todos os equipamentos podem ser utilizados diariamente, das 7h10min às 22h35min. Os 13 computadores disponíveis para acesso na biblioteca podem ser utilizados diariamente, das 7h10min às 21h35min.

Além do mais, foi implantado um sistema especializado que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela Internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros.

#### **3.5.1. Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos**

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos ofertados, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do Campus e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados, é condição primordial que a Instituição mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

### **3.6 Biblioteca**

O *Campus* oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo um espaço com três computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico básico com livros, CDs e DVDs. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

### **3.7 Auditório**

O campus possui um auditório com capacidade para 180 lugares, com cadeiras estofadas, um palco que comporta uma bancada com sete cadeiras e microfones de mesa, sistema de som, recursos multimídia, ambiente refrigerado, iluminação adequada e camarim.

### **3.8 Laboratório de Idiomas**

Laboratório estruturado para o ensino das operações básicas da computação – sistema operacional, suíte de escritório, navegação na internet – e softwares específicos para o ensino de língua estrangeira moderna e da língua portuguesa.

### **3.9 Equipamentos de Segurança**

O *Campus* possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

### **3.10 Recursos De Hiperímia**

Há os seguintes recursos de hiperímia no *Campus*: televisores, computadores, projetores multimídia, sala para recepção de aulas EaD, impressoras, scanners.

### **3.11 Recursos Tecnológicos**

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis à realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser uma aliada importantíssima para todo tipo de tarefa, especialmente na EaD, que precisa contar com redes informáticas internas, telefones e outros.

Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como: aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras e outros. Assim, a oferta do curso Técnico em Finanças Concomitante ao Ensino Médio conta com um Ambiente Virtual de Aprendizagem e um Sistema Acadêmico-Administrativo.

### **3.12 Polo de Apoio Presencial**

O *Campus* funciona como um Polo de Apoio Presencial para atender aos alunos nas aulas presenciais e EaD. É uma unidade administrativa e pedagógica que oferece uma estrutura mínima para receber tutores, professores, coordenador de Polo e de Curso, assistentes e, especialmente, alunos do curso. Para tanto, constitui-se num espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos e de contribuição para um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo aluno.

Para ofertar o suporte necessário, o Polo de Apoio Presencial conta com uma equipe de acompanhamento, a saber:

- I. COORDENADOR DE POLO: acompanha e coordena as atividades de Polo.
- II. COORDENADOR DE CURSO: coordena, acompanha e realiza a gestão acadêmica das turmas do curso sob sua responsabilidade.
- III. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (PSICOPEDAGOGO): presta assessoria psicopedagógica ao processo de ensino e aprendizagem e presta serviços de atendimento e apoio acadêmico às pessoas com deficiência;
- IV. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 1 (EQUIPE PEDAGÓGICA): presta assessoria pedagógica ao processo de ensino e aprendizagem;
- V. APOIO WEB: presta orientações e suporte a docentes e discentes sobre a utilização das ferramentas WEB;
- VI. APOIO ACADÊMICO: presta serviços de atendimento e apoio acadêmico aos alunos e emite a certificado dos alunos formandos nos cursos;
- VII. ASSISTENTE DE ALUNOS: presta assistência aos alunos no que tange ao Código Disciplinar Discente;

VIII. APOIO AO ESTÁGIO: executa atividades de acompanhamento de estudos e pesquisas sobre demanda de estágio e emprego;

IX. PROFESSOR FORMADOR: planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las, adequando os conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia às necessidades dos estudantes participantes da oferta; propiciando um espaço de acolhimento e debate com os estudantes. Além disso, avaliar o desempenho dos estudantes e elabora material didático, para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, pertinente à ementa e correspondente a carga horária das disciplinas, acompanha as frequências, notas das atividades de percurso e avaliações no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os móveis e equipamentos dos laboratórios e demais espaços de ensino e aprendizagem estão apresentados no quadro seguinte:

**Quadro 19 - Quantificação e descrição dos ambientes de formação**

<b>Qtde.</b>	<b>Espaço Físico</b>	<b>Área M<sup>2</sup></b>	<b>Infraestrutura de móveis e equipamentos</b>	<b>M<sup>2</sup> por aluno</b>
12	Salas de Aula	64,94	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.	1,62
01	Auditório	220,80	Com 300 lugares, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.	1,12
01	Biblioteca	500	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia.	--

### **3.13 Livros da Bibliografia Básica**

A política da biblioteca do *Campus* é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos procurando atualizá-la periodicamente.

A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo Coordenador de Curso.

O Coordenador do curso, junto com os docentes responsáveis pelas disciplinas, trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno.

No item do plano de disciplinas deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso em tela. Ademais, os egressos contam com apostilas digitais produzidas pelo próprio IFRO para cada disciplina.

### **3.14 Livros da Bibliografia Complementar**

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina.

A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo Coordenador de Curso.

## **4 DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS E PERTINENTES**

### **4.1 Da Infraestrutura do *Campus***

O *Campus* Vilhena está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, às necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle.

As instalações prediais construídas, de excelente qualidade, são em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo

cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidrossanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

Em acordo com essa sucinta demonstração da macroestrutura física do *Campus* Vilhena, este projeto deverá descrever, minudentemente, as estruturas específicas para o funcionamento do curso em tela.

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do Campus, a seguir, será apresentado um quadro contendo as repartições e dependências a serem utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

**Quadro 20 - Estrutura física do *Campus* Vilhena**

<b>Dependências</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Total em M<sub>2</sub></b>
Sala de aula	12	64,94
Auditório	01	132,8
Laboratório de <i>hardware</i>	01	50,51
Laboratório de Informática (21 computadores)	02	49,65
Laboratório de Informática (41 computadores)	01	99,30
Laboratório de CAD (21 computadores)	01	49,84
Sala de videoconferência EAD I	01	101,62
Laboratório de Artes	01	63,61
Laboratório de Desenho Técnico	01	64,92

Laboratório de Matemática	01	65,81
Laboratório de Física	01	65,00
Laboratório Química I	01	65,01
Laboratório Química II	01	66,40
Laboratório de Materiais de Construção	01	65,92
Laboratório de Metrologia	01	65,50
Laboratório de Solos / Topografia	01	65,53
Laboratório de Eletricidade e Eletrônica	01	65,10
Laboratório de Usinagem	01	162,40
<b>Total</b>		<b>2.128,04</b>

## 4.2 Da Infraestrutura de Segurança

A instalação do *Campus* foi projetada para atender às normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO<sub>2</sub> nos corredores e laboratórios;
- Parapeito no mezanino/saguão;
- Saída de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Corrimão na escada e rampa;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: Subestações e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

## 4.3 Da Área de Convivência

O *Campus* Vilhena possui uma área de convivência que junto com os saguões e mezaninos servem para o lazer, descanso e para as relações interpessoais de alunos e professores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer e outros.

## 4.4 Da Biblioteca

O *Campus* oferece biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Por isso, salienta-se a importância de ser dada à Biblioteca, que conta ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

As ementas, no apêndice trazem uma lista de bibliografia básica que está presente na biblioteca do *Campus*. Haverá ainda vários outros materiais, citados ou não, voltados para a área, nas mais diversas mídias, como CDs, DVDs, arquivos virtuais e outros.

A biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 7 (sete) dias para o aluno e 14 (catorze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição.

#### 4.4.1 Do Espaço Físico da Biblioteca

O espaço da biblioteca é dedicado a estudos de alunos, professores e demais pessoas da comunidade, seja em grupo ou individualmente. Há espaços para reuniões e orientações. São previstas consultas a bases de dados digitais e outros serviços, como solicitação de artigos. Existem também computadores à disposição para consulta à internet e realização de trabalhos acadêmicos.

#### 4.4.2 Dos Serviços Oferecidos na Biblioteca

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. O serviço oferecido conta também com catalogação online, sistemas de informação de usuários e navegação on-line destinada ao acesso a periódicos, revistas e portais educacionais. Os serviços e condições de atendimento estão descritos no Regulamento das Bibliotecas do IFRO.

#### 4.4.3 Do Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca atende ao público de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno. O espaço é aberto à comunidade em geral, mas os empréstimos são permitidos somente aos alunos e servidores do *Campus*.

#### 4.5 Dos Espaços para Eventos

O *Campus* conta com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos e médios eventos, tais como: auditório, sala de conferências, quadra poliesportiva e outros espaços.

#### 4.6 Das Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do Campus foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta de seis conjuntos sanitários masculinos e seis femininos e seis conjuntos sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Os conjuntos sanitários masculinos, com área de 17,25 m<sup>2</sup>, possuem três divisórias com bacias sanitárias, e três mictórios e uma bancada de cinco cubas/lavatório.

Os conjuntos sanitários femininos, com área de 17,25 m<sup>2</sup>, possuem cinco divisórias com bacias sanitárias, e uma bancada de cinco cubas/lavatório.

Os conjuntos sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais, com área de 3,44 m<sup>2</sup>, possuem uma bacia sanitária com barras nas laterais e uma cuba/lavatório na altura própria para o cadeirante.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

#### 4.7 Da Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO e também nos documentos internos de cada Campus. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente de CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado de SIGA-Edu, que está sendo substituído pelo SGA.

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Coordenação de Registros Acadêmicos. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades também estão a cargo da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA). A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade do DAPE.

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico e administrativo de cada Campus e é dirigida por um(a) coordenador(a), sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O(A) coordenador(a) tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

À CRA compete:

- I - inscrever os candidatos à seleção e admissão;
- II - proceder à matrícula dos alunos;
- III - expedir documentação escolar geral;
- IV - expedir diplomas e certificados;
- V - organizar e manter atualizados arquivos e fichários;
- VI - manter o controle dos registros acadêmicos;
- VII - divulgar as diversas atividades do setor escolar;
- VIII - executar outros trabalhos que lhes sejam atribuídos pelo diretor de ensino;

Ao(à) coordenador(a) compete:

I - dirigir a CRA, observadas as normas regimentais, e as que lhe forem conferidas pelos órgãos e instâncias superiores;

II – Desenvolver todas as atividades que lhe for designada no Regimento Geral, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nos demais documentos e legislação vigente.

O Campus organiza-se de modo que o curso seja ministrado por meio do trabalho cooperativo, que envolve o apoio de órgãos colegiados e pessoal pedagógico-administrativo.

## **5 Dos Setores de Apoio Pedagógico e Técnico-Administrativo**

### **5.1 Da Diretoria de Ensino**

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do Campus e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca, Coordenação de Educação a Distância e Coordenação de Polo.

#### **5.1.1 Departamento de Apoio ao Ensino**

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos

deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

#### 5.1.2 Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; é o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional, cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do campus, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva da equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

A Coordenação de Assistência ao Educando conta, ainda, com serviços específicos:

- Serviço social: presta atendimento às necessidades das classes sociais na garantia dos seus direitos; planeja, acompanha e avalia os programas de assistência estudantil; elabora estudos/diagnósticos socioeconômicos; presta atendimento social aos estudantes; faz os devidos encaminhamentos aos serviços socioassistenciais;

- Serviço de psicologia: presta acompanhamento psicológico inicial individual e/ou grupal aos discentes; contribui na formulação, implantação e avaliação de intervenções pedagógicas na comunidade escolar; desenvolve trabalhos nas áreas de orientação vocacional/profissional, palestras e oficinas temáticas voltadas à saúde;

- Serviço de orientação: realiza orientação ao aluno em relação a rendimento, aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da instituição e outros princípios voltados ao bom desenvolvimento dos estudos, bem como realiza os devidos encaminhamentos aos profissionais da equipe multiprofissional, quando necessário;

- Serviço de enfermagem: desenvolve ações relacionadas à prevenção de doenças e à promoção da saúde por meio de atividades de educação em saúde (palestras, orientações individuais e coletivas, projetos de extensão); realiza atendimentos individuais no ambulatório de enfermagem; presta atendimentos às eventuais emergências e realiza o devido encaminhamento aos serviços especializados;

- Assistentes de aluno: intermedeiam a comunicação de forma ágil, eficiente e integrada entre os alunos e os diversos setores e profissionais administrativos e/ou docentes do campus; assistem e orientam os alunos nos aspectos comportamentais e disciplinares, conforme regulamentos institucionais; encaminham os alunos ao atendimento com os especialistas da coordenação quando necessário.

### 5.1.3 Coordenação de Registros Acadêmicos

Registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

### 5.1.4 Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso de obras impressas ou em outras mídias.

## 5.2. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e

a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do campus; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

#### 5.2.1 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade

Cumprir as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções.

#### 5.2.2 Coordenação de Formação Inicial e Continuada

Articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

### **5.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

### 5.3.1 Coordenação de Pesquisa e Inovação

Trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

### 5.3.2 Coordenação de Pós-Graduação

Trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do Campus com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

## 5.4 Da Coordenação de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e pelo desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), entre outros programas, sistemas e processos.

## 5.5 Do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de instrumentos especiais às pessoas com necessidades específicas (órgãos, próteses, equipamentos para a

superação de baixa visão ou baixa audição); desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

## **6 Das Políticas Especiais do IFRO**

### **6.1. Das Políticas de Educação em Direitos Humanos**

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem, conforme seu art. 2º,

invocar os direitos e as liberdades proclamados nesta declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

A partir de então, desencadeou-se um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos – como cartas, tratados e pactos – foram criados para garantir e ampliar os já existentes em muitos países.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 1988)

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no caput do art. 5º da Constituição está escrito que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos

brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.

Com o objetivo de minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e fomentar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito à dignidade humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, os Ministérios da Educação e da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), cujos objetivos gerais são:

d) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação, 88 monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.(BRASIL, 2007, p. 26-27)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014), no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação, faz

menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012 – e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – conforme o disposto na Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que, a cada dia, o tema torna-se mais frequente nas discussões de comitês, comissões e conselhos, constituídos para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, optativas ou como conteúdo de outras disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Rondônia – cuja pretensão, nos próximos anos, é ampliar as discussões para poder contribuir, mais intensivamente, com a formação humanista da sociedade na qual se insere e atua como agente de transformação social.

## **6.2. Das Políticas de Educação Inclusiva**

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, denominamos grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70):

Historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Ao procurar adequar-se à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o IFRO – com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com

desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais – vem desenvolvendo políticas denominadas inclusivas para atender às camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, com o intuito de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional:

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada campus, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessados, sobremaneira, aos pesquisadores, professores, gestores e às famílias, especialmente no que concerne à educação especial inclusiva. No âmbito do IFRO, isso não é diferente; apesar de sua jovialidade, o Instituto tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus campi têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, promovendo, assim, o “bem

de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art 3º, inciso IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

### **6.3 Da Política de Educação Ambiental**

A política de educação ambiental no âmbito do IFRO visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além da oferta de disciplinas que tratam da sustentabilidade e dos conteúdos transversais, abordados nas demais disciplinas de formação geral, o Instituto estimulará a implantação de projetos e programas relacionados ao tema, a fim de consolidar uma política ambiental capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Rondônia.

Como norte para sua política de educação ambiental interna, o IFRO se servirá do que preconiza o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que evoca, especialmente, cinco diretrizes:

- Transversalidade e interdisciplinaridade;
- Descentralização espacial e institucional;
- Sustentabilidade socioambiental;
- Democracia e participação social;
- Aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

### **6.4 Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais**

O *Campus* Vilhena norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal nº 10.098/2000, para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, em construções e reformas de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do IFRO, em todos os campi, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

#### 6.4.1 Da Acessibilidade para pessoas com deficiência física

O *Campus* Vilhena do IFRO adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida – inclusive salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer, estacionamento e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal nº 10.098/2000 e ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o *Campus* Vilhena dispõe de:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;

e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deve-se cumprir o estabelecido na NBR 9050/2004 da ABNT e na legislação aplicável.

#### 6.4.2 Da Acessibilidade para alunos com deficiência visual

O *Campus* Vilhena está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade aos alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e a aprendizagem a todos os alunos.

#### 6.4.3 Da Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos 30 anos, porém, observa-se uma mudança substancial, conquista de direitos assegurados legalmente em âmbito nacional e internacional.

Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, havia 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representaria 23,9% da população brasileira.

Um marco significativo, que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, é o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, assim como o art. 18 da Lei Federal nº 10.098/2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível construir novos sentidos para o trabalho da educação no campo da diferença, a partir do momento em que se compreende a educação como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus* Vilhena está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

#### 6.4.4 Da Proteção aos direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista

Com fundamento no disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu NAPNE, prestará a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

#### 6.5 Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, na biblioteca, nos gabinetes e em salas de estudos e de atendimento a alunos.

A Instituição disponibiliza em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além dos laboratórios, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, departamentos de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico.

O acesso à internet no âmbito do *Campus* é realizado por meio de um canal de alta velocidade, com 14MBps/s - Full.

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

#### 6.6 Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 21 - Recursos audiovisuais

Equipamentos	Especificação
Computadores	100
Projetor de multimídia	05
Televisores	07

Caixa de som amplificada	02
Lousa Digital	16
Microfones	04
Aparelhos de Som Microsystems	03

## REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. No entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

## DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

- a) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016);
- b) Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
- c) Decreto nº 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96;
- d) Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- e) Lei nº 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- f) Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- g) Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- h) Resolução CNE/CEB nº 06/2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

## NORMATIVAS INTERNAS

- a) Instrução Normativa 3/2017/REIT - PROEN/REIT;
- b) Regimento Geral – Resolução nº 65/CONSUP/IFRO;
- c) Regimento Interno do *Campus*;
- d) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- e) Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
- f) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- g) Regulamento para Elaboração ou Reorganização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos e de Graduação de todos os *campi* do Instituto Federal de Rondônia – Resolução nº 97/2016/CONSUP/IFRO;
- h) Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Resolução nº 07/CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018.
- i) Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Resolução N. 36/CONSUP/IFRO, de 05 de nov. de 2012.

Outras legislações e documentos devem ser considerados para o desenvolvimento do curso, a fim de uma prática mais segura e orientada.

## REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

ACIV. **História de Vilhena.** Disponível em: <<https://www.acivilhena.com.br/historia-de-vilhena>>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

AGUIAR, Marcos. **História do Município de Vilhena.** Diário da Amazônia. [Vilhena-RO] 01 de out. de 2016. Disponível em:<<http://vejavilhena.com/2016/10/01/historia-do-municipio-de-vilhena/>>. Acesso em 12 de mar. de 2018.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.** Educ. Pesqui. [online]. 2003, vol.29, n.2, pp.327-340.

ALMEIDA, M. E. B. de. **Desafios e Possibilidades docentes on-line.** PUC – Viva, SP, n. 24, jul-set., 2005.

\_\_\_\_\_. São Paulo, FE/USP, jul-dez 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>>. Acesso em: 25 de Maio de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria N. 817, de 13 de agosto de 2015.** Disponível em: [http://www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/bra\\_pronatec.pdf](http://www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/bra_pronatec.pdf). Acesso em: 15 de mar. De 2018

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.057 de 25 de maio de 2017.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato20152018/2017/Decreto/D9057.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20152018/2017/Decreto/D9057.htm#art24)>. Acesso em 08 de set. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008a.**  
Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008b.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.**  
Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm)>. Acesso em: 08 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos 2016.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias)>

=41271-cnct-3-edicao-pdf&category\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192  
Acesso em: 11 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865)>. 2007>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FERNANDES, S. S. Processo nº 1055-T-82-museu Rondon. 2015. Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco\\_de\\_Pareceres\\_Tombamento\\_Estacoes\\_Telegraficas\\_Museu\\_Rondon\\_RO\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Tombamento_Estacoes_Telegraficas_Museu_Rondon_RO(1).pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

IBGE. **Município de Vilhena.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/vilhena/panorama>>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010.** Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 11 de set. 2017.

IFRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio.** Resolução nº 06/CONSUP, de 18 de janeiro de 2016. Porto Velho: IFRO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório PAER.** Pesquisa de Atividade Econômica Regional para a Instalação do *Campus* Porto Velho Zona Norte. Porto Velho: IFRO, 2012.

\_\_\_\_\_. **Regulamento de Elaboração ou Reorganização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos e de Graduação.** Resolução nº 42/CONSUP, de 28 de setembro de 2010. Porto Velho: IFRO, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mediotec/mediotec-nos-estados>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

MENDE, Luciano. **Vilhena (Rondônia)** - História, Política, Geografia, Economia, Saúde, Educação, Transportes, Comunicação, Cultura, Religião e Esportes de Vilhena. julho 11, 2010. Disponível em: <<https://brasilcc.blogspot.com.br/2010/07/vilhena-historia-politica-geografia.html>> Acesso em 12 de mar. de 2018.

PALITOT, A. **Rondon e Rondônia: 100 anos das linhas telegráficas.** 2015. Disponível em: <<http://www.newsrondonia.com.br/noticias/rondon+e+rondonia100+anos+das+linhas+telegraficas/52362>>. Acesso em: 10 de jul. 2016.

PALITOT, A. **A Trilhando A História.** 05 de agot. De 2011. Disponível em: <https://alekspalitot.com.br/trilhando-a-historia/estacao-telegrafica-de-vilhena/>. Acesso em: 12 de mar. De 2018.

PINNAR, William. **O Que é a teoria do currículo?** Porto: Porto Editora, 2007.

PRETI, Orestes. **Autonomia do aprendiz na educação à distância: Significados e Dimensões.** Disponível em: <<https://www.ltc.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/obj14674.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das MPE: Rondônia 2005.** Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/33C53623C05E650D8325735600628DFF/\\$File/NT000360DA.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/33C53623C05E650D8325735600628DFF/$File/NT000360DA.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil.** Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>. Acesso em 12 de março de 2018.

SEBRAE. **Perfil Socioeconômico e dos Pequenos Negócios no Município de Vilhena RO.** Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ro/artigos/perfilsocioeconomico-e-dos-pequenos-negocios-em-vilhena>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

---

i